

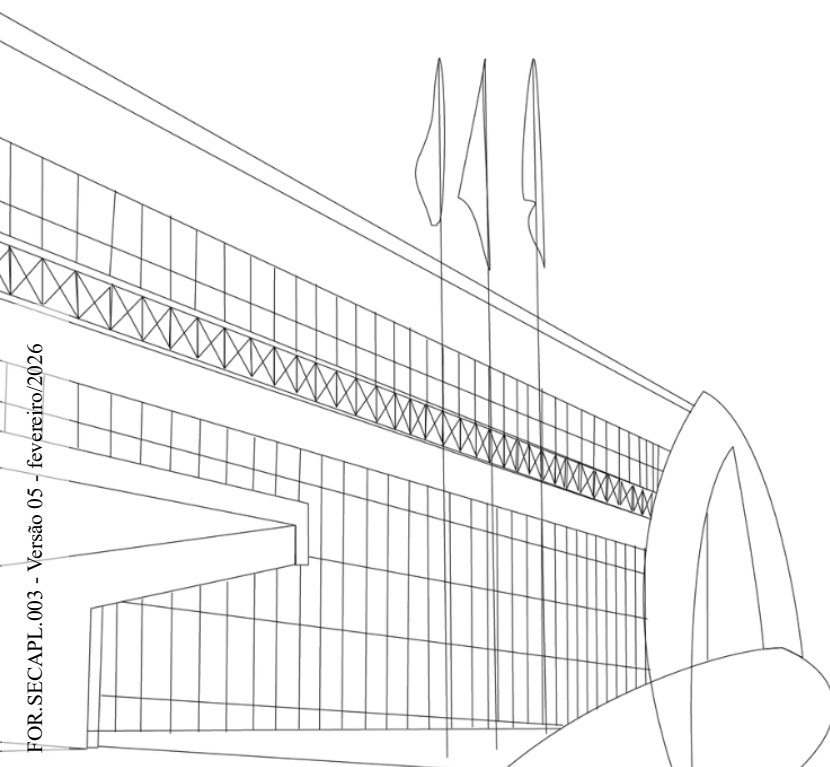
# EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO 90009/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA, PARA MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CALÇADA.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA

02 / 07 /2026 A PARTIR DAS 13:30H - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF



# FOLHA DE APRESENTAÇÃO

## Processo Administrativo

Protocolo nº: 1547/2025

## Quem somos nós?

**CMBH**

A Câmara Municipal de Belo Horizonte

**Localização**

Av. dos Andradas, 3.100, bairro Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG.

## O que vamos contratar?

LOTE	ITEM	BEM/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
-	1	Serviço comum de engenharia para Manutenção, revitalização e conservação da calçada com fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e quaisquer outros insumos necessários à execução das intervenções.	Unidade	01



Consulte a **especificação completa** dos itens no tópico 2 do Termo de Referência (TR). Havendo **divergência** entre o código do Compras e o registrado no TR, a especificação descrita no **TR** vai **prevalecer**.

## Qual a modalidade e o tipo?

Pregão eletrônico, do tipo maior desconto.

## Qual o modo de disputa?

Fechado e aberto, com intervalo de 0,1% entre os lances.

## Informações da sessão pública de abertura

<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Referência de horário</b>
<u>02 / 07 / 2026</u>	A partir das <u>13:30</u> h	Brasília/DF

**Compras**   
www.compras.gov.br

**Código UASG**  
926306

## Detalhes da licitação

**Registro de Preços?**

Não.

**Exclusividade ME/EPP?**

Não.

**Adjudicação**

Por item.

**Cota reservada ME/EPP?**

Não.

**Haverá garantia contratual?**

Sim, nos termos do Anexo III da Minuta do Contrato.

**Participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio?**

Não, devido à baixa complexidade do objeto, o que permite a sua execução de forma individualizada pelas empresas do ramo, de modo que a reunião de empresas em consórcio reduziria a competição no certame.

## Data do orçamento estimado

17 de dezembro de 2025.

## Dotação orçamentária

01.01.01.031.001.2922.449051-9 (Execução de obras de manutenção de domínio público)

## Quais os documentos de habilitação?

### Requisitos básicos

- Prova de constituição social

---
- Comprovante de inscrição e de situação no CNPJ

---
- Comprovante de regularidade com:
  - 1) Fazenda Pública Federal;
  - 2) Fazenda Pública Estadual;
  - 3) Fazenda Pública Municipal;
  - 4) Seguridade social;
  - 5) FGTS.

---
- Certidão de quitação com a Justiça do Trabalho

---

### Documentos adicionais

- Registro da empresa
- Qualificação técnico – profissional
- Certidão de falência/Recuperação Judicial
- Análise de índices financeiros

## Edital e seus anexos

- Corpo do edital
- Regras para participação de cooperativas
- Qualificação técnica
- Formulário de indicação de profissional
- Qualificação econômico-financeira
- Termo de Referência
- Modelo para apresentação da proposta comercial
- Minuta do contrato

## Observações

### Valor estimado

O **valor total estimado** para a contratação é de **R\$ 574.438,17 (quinhentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito centavos e dezessete centavos)**, cujos valores totais de cada item são os constantes da tabela abaixo:

LOTE	ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	01	R\$ 574.438,17	R\$ 574.438,17

### Legislação de regência

Lei Federal nº 14.133/2021. Portaria CMBH nº 23.000/2025.

## Lances na sessão pública

---

**Atenção! O percentual de desconto ofertado deverá observar o percentual calculado pela célula “Desconto a ser informado no pregão (%)” constante na planilha da proposta comercial.**

## Condições para aceitação da proposta

---

Quando convocada para enviar sua proposta comercial pelo sistema, a licitante deverá apresentar sua proposta utilizando **exclusivamente** o modelo de proposta comercial que consta no anexo “Modelo para apresentação da proposta comercial”.

## Anexos do Termo de Referência

---

São anexos do Termo de Referência, dele se constituindo como parte integrante, os seguintes documentos, acessíveis por meio dos links abaixo:

- [01\\_05-CMBH-ARQ-PE-DEMOLIÇÃO - Rev.05\\_ASSINADO BHT 160925.pdf](#)
- [02\\_05-CMBH-ARQ-PE-GEOMETRIA - Rev.05\\_ASSINADO BHT 160925.pdf](#)
- [03\\_05-CMBH-ARQ-PE-DETALHES - Rev.05\\_ASSINADO BHT 160925.pdf](#)
- [04\\_05-CMBH-ARQ-PE-AMPLIAÇÕES e SUPRESSÕES - Rev.05\\_ASSINADO BHT 160925.pdf](#)
- [05\\_05-CMBH-ARQ-PE-SINALIZAÇÃO - Rev.05\\_ASSINADO BHT 160925.pdf](#)
- [MEM-01-01-R01](#)

## Edital

---

A íntegra do edital está disponível nos seguintes sites:



### **Portal da CMBH**

<http://www.cmbh.mg.gov.br/transparencia/licitacoes>

### **Compras**

<http://www.compras.gov.br/>

Belo Horizonte, 29 de maio de 2026.

Fabiana Miranda Prestes

Pregoeiro (a)

Rafael Augusto Mendes de Araújo  
Moraes

Equipe de Apoio

João Carlos Teixeira da Silva

Equipe de apoio

## SUMÁRIO DO CORPO DO EDITAL

1. Condições de participação
2. Cadastramento
3. Declarações a serem prestadas no sistema
4. Envio da proposta comercial
5. Abertura da sessão pública e fase de lances
6. Aceitabilidade da proposta vencedora
7. Documentos de Habilitação
8. Análise dos documentos de Habilitação
9. Reabertura da sessão
10. Recursos
11. Contratação
12. Sanções Administrativas
13. Pedido de esclarecimento e impugnação ao edital
14. Divulgação dos atos do certame
15. Disposições finais



**Clique nos nomes  
para ir até a seção  
que você quiser!**



## CORPO DO EDITAL

### 1 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1.1 - Para participar desta licitação os interessados devem cumprir todas as exigências contidas neste edital e na legislação específica.

1.1.1 - Quando estiver previsto na folha de apresentação que a licitação será exclusiva para microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), somente essas empresas e as equiparadas a elas poderão participar.

1.2 - Não poderão participar as pessoas físicas e jurídicas:

a) que não tenham prestado as declarações necessárias, conforme previsto no subitem 3.1;

b) que se encontrem, ao tempo do certame, impossibilitadas de participar da licitação ou de celebrar contratos administrativos em decorrência de sanção que lhes foi imposta;

c) enquadradas nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9º e no art. 14, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;

d) com objeto social incompatível com o desta licitação;

e) que o sócio majoritário tenha sido punido com a proibição de contratar com o Poder Público, nos termos dos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

1.2.1 - A participação de pessoas físicas ou jurídicas enquadradas em alguma das hipóteses previstas no subitem 1.2 pode levar à aplicação das penalidades previstas neste Edital e na lei.

1.3 - Quando for permitida a participação de empresas em consórcio ou de cooperativas, as regras específicas estarão previstas em anexos chamados

"Regras para participação de empresas em consórcio" e "Regras para participação de cooperativas", respectivamente.

1.4 - A licitante que participar deste certame automaticamente aceita todas as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

1.4.1 - Não poderão constar na documentação apresentada pela licitante dados ou informações que sejam contrários às regras estabelecidas neste edital.

## 2 CADASTRAMENTO

2.1 - A licitante deverá se cadastrar previamente no sistema eletrônico disponível no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) para participar deste pregão.

2.2 - A licitante cadastrada no sistema é legalmente responsável pelos atos que praticar e é considerada tecnicamente capaz de realizar todas as transações necessárias para a participação no pregão.

2.2.1 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, que fica responsável por qualquer transação efetuada no seu nome, ainda que seja realizada por terceiro.

2.2.2 - A CMBH e o provedor do sistema não se responsabilizam por eventuais danos causados pelo uso indevido da senha de cada participante.

### **3 DECLARAÇÕES A SEREM PRESTADAS NO SISTEMA**

3.1 - A licitante prestará as declarações de que:

- a) está ciente e concorda com as condições do edital e de seus anexos e cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- b) não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente;
- c) cumpre os requisitos legais para qualificação como ME ou EPP para que possa participar dos certames exclusivos ou para que possa usufruir dos benefícios do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- d) não emprega menores de dezoito anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, exceto como aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- e) suas propostas comerciais compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados nas normas aplicáveis;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2 - A licitante que prestar declaração falsa se sujeita às sanções previstas na lei e neste edital.

3.3 - A licitante que deixar de prestar a declaração de enquadramento como ME/EPP não poderá usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, ainda que se enquadre como uma das beneficiárias.

3.3.1 - Os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não se aplicam nos casos previstos no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4 - Não será exigida a apresentação de declarações que já tenham sido prestadas via sistema.

3.4.1 - Serão disponibilizados modelos como anexos deste edital para as declarações que não puderem ser prestadas por meio do sistema.

## 4 ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1 - A proposta comercial inicial deverá ser cadastrada no sistema a partir da data de divulgação do presente edital até a data e horário marcados para a abertura da sessão.

4.1.1 - Durante o período previsto no subitem 4.1, a licitante poderá retirar ou substituir sua proposta.

4.1.2 - A fase de cadastramento das propostas iniciais será encerrada no horário marcado para a abertura da sessão.

4.2 - A empresa deverá digitar a sua proposta em campo específico do sistema.

4.2.1 - A proposta inicial **não** poderá conter nenhum elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação da proposta e de aplicação das penalidades cabíveis.

4.3 - A proposta comercial deverá conter os preços, as especificações e, quando for o caso, a marca/modelo do objeto ofertado, e deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio do sistema.

4.4 - Concluídas as etapas de lances e de negociação, o(a) pregoeiro(a) irá solicitar à licitante vencedora o envio da proposta comercial ajustada **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, sob pena de desclassificação e de aplicação das penalidades previstas no subitem 12.2 deste edital.

4.4.1 - O prazo de envio poderá ser prorrogado uma única vez, por **no máximo 24 (vinte quatro) horas**, a pedido da licitante e à critério do(a) pregoeiro(a).

4.4.2 - A licitante deverá apresentar o pedido de prorrogação, dentro do prazo inicialmente concedido, no chat do sistema ou, caso não seja possível, por meio do e-mail [cpl@cmbh.mg.gov.br](mailto:cpl@cmbh.mg.gov.br).

4.4.3 - A proposta comercial ajustada deverá conter os seguintes requisitos:

a) indicar o número da licitação a que se refere;

- b) indicar a denominação social e o número do CNPJ da licitante;
- c) no caso de itens isolados, quando exigido pelo Termo de Referência (TR), apresentar detalhamento de composição de custos de acordo com o modelo de proposta comercial disponibilizado como anexo do edital;
- d) no caso de grupo de itens, apresentar os preços unitários e totais para todos os itens que o componham, bem como o preço global respectivo;
- e) conter oferta firme e precisa relativamente ao que cotar, sem alternativas de preços ou quaisquer outras condições que induzam o julgamento a ter mais de um resultado;
- f) cotar os preços em moeda corrente;
- g) não conter emendas, rasuras, borrões, ressalvas ou entrelinhas, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito das demais licitantes, prejuízo à CMBH ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

4.5 - Os cálculos integrantes da proposta comercial ajustada serão devidamente conferidos pelo(a) pregoeiro(a).

4.5.1 - Em caso de diferença entre os resultados constantes da proposta e os resultados apurados na conferência, prevalecerá o valor calculado pelo(a) pregoeiro(a).

4.5.2 - Havendo divergência entre preço unitário e preço total, prevalecerá o preço unitário. Havendo divergência entre preço numérico e preço por extenso, prevalecerá o preço por extenso.

4.5.3 - Ocorrendo divergência de cálculos ou outra inconsistência, o(a) pregoeiro(a) solicitará à licitante a anexação ao sistema da proposta comercial com as correções necessárias.

4.5.4 - Caso a licitante não anexe a proposta corrigida, nos termos do subitem 4.5.3, o(a) pregoeiro(a) fará os devidos apontamentos em formulário próprio indicando os valores corretos que deverão prevalecer para fins de contratação.

4.5.5 - O formulário de correção dos cálculos será anexado à proposta comercial ajustada e deverá constar no contrato.

4.6 - Desde que autorizado pelo(a) pregoeiro(a), a licitante poderá promover a adequação dos preços na proposta comercial ajustada.

4.6.1 - Para que a adequação seja válida, todos os preços devem ser menores ou iguais aos preços finais ofertados na etapa de lances e também aos preços médios constantes nos autos, sob pena de sua não aceitação pelo(a) pregoeiro(a).

4.7 - Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, ressalvado o previsto no subitem 4.6.

4.8 - A apresentação da proposta comercial pela licitante implica:

- a) a obrigatoriedade do cumprimento das disposições e especificações contidas nela, em conformidade com o que dispõe o termo de referência;
- b) o compromisso de executar os serviços nos termos previstos nela, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

4.9 - Para a perfeita e completa execução do objeto deste pregão, nada mais poderá ser cobrado da CMBH além dos preços ofertados pelas licitantes em suas propostas comerciais.

4.9.1 - Os preços ofertados deverão considerar todos os encargos incidentes sobre o objeto deste pregão, não sendo aceita reivindicação posterior para a inclusão de outros encargos nos preços.

4.9.2 - Não se inclui na regra anterior os casos em que houver comprovação de que os encargos são novos e criados por ato de governo em data posterior à de envio das respectivas propostas comerciais.

4.10 - O prazo de validade da proposta comercial não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data final estipulada para seu envio.



4.11 - Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as do edital. Havendo divergência entre as regras previstas no presente edital e no Termo de Referência, prevalecerão as previstas neste último.

## **5 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE LANCES**

5.1 - A sessão será aberta no sistema na data e no horário indicados na capa e na folha de apresentação deste edital.

5.2 - Após a abertura da sessão, não caberá desistência da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 12.2 deste edital, além de outras penalidades legalmente admissíveis.

5.2.1 - Quando houver pedido de desistência, o(a) pregoeiro(a) irá desclassificar a proposta e irá elaborar um relatório que poderá embasar a instauração de processo de penalização.

5.3 - Na hipótese de não haver expediente no dia fixado na folha de apresentação deste edital, ficam os eventos respectivos transferidos para dia e horário a serem previamente comunicados pelo(a) pregoeiro(a).

5.4 - A folha de apresentação e o termo de referência indicarão se a adjudicação será feita por item isolado ou por grupo de itens, podendo adotar as duas formas simultaneamente.

5.4.1 - O formato (item isolado ou grupo de itens) indicado na folha de apresentação deverá ser necessariamente respeitado pelas licitantes ao elaborarem suas propostas comerciais.

5.4.2 - Os lances deverão ser ofertados considerando o valor unitário de cada item.

5.5 - A etapa competitiva na sessão pública observará o modo de disputa definido na folha de apresentação deste edital, cabendo à licitante o envio dos seus lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo ela imediatamente informada pelo sistema do seu recebimento, do horário de registro e do valor.

5.5.1 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

5.5.1.1 - No modo de disputa “aberto”, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

5.5.1.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 5.5.1.1, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.5.1.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 5.5.1.1 e 5.5.1.2, a etapa de lances será encerrada automaticamente.

5.5.1.4 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.5.1.5 - Após o reinício previsto no subitem 5.5.1.4, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

5.5.2 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.5.2.1 - No modo de disputa “aberto e fechado”, a etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos.

5.5.2.2 - Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.5.2.3 - Encerrado o prazo previsto no subitem 5.5.2.2, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores

àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.5.2.4 - No procedimento da etapa fechada, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou por ofertar melhor lance.

5.5.2.5 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.5.2.6 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.5.3 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações, somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela.

5.5.3.1 - Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 5.5.3, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.5.3.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.5.3.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.5.3.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.5.3.5 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.5.3.6 - Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.6 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

5.6.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será definido na "folha de apresentação" do edital.

5.7 - As licitantes serão informadas pelo sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado enquanto durar a etapa de lances, vedada a identificação do seu detentor.

5.8 - Durante a fase de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá, justificadamente, excluir lance cujo valor seja manifestamente inexequível. Caso a licitante não concorde com a exclusão, deverá reenviar o lance excluído.

5.8.1 - A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9 - No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

5.9.1 - O(A) pregoeiro(a) retomará a sua atuação no certame quando possível, sem prejuízo dos atos eventualmente realizados no sistema durante essa desconexão.

5.9.2 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 20 (vinte) minutos, a sessão pública será suspensa.

5.9.3 - Suspensa a sessão por desconexão, o reinício somente ocorrerá após comunicação expressa aos participantes, informando data e horário para continuação da disputa.

5.10 - Havendo empate serão observadas as seguintes regras para fins de classificação:

a) não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

b) no caso de equivalência dos valores apresentados por ME e EPP que se encontrem no intervalo de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

5.11 - Em caso de empate entre propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final;

b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes;

c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade;

e) critérios estabelecidos pelo § 1º do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) sorteio.

5.11.1 - A disputa final ocorrerá mediante convocação das licitantes empatadas para apresentação de nova proposta via sistema.

5.11.2 - Para fins de avaliação de desempenho contratual prévio, o pregoeiro(a) verificará no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF a situação cadastral das licitantes, considerando mais bem classificada a licitante que não possuir registro de penalidade no referido cadastro.

5.11.3 - Caso todas as licitantes empatadas possuam registros de penalidade, deverão ser considerados os critérios previstos nos §§ 3º e 4º do art. 86 da Portaria n.º 23.000/2025 da CMBH.

5.11.4 - Para fins de realização de desempate com base no inciso “c” do subitem 5.11, cumprirá os requisitos a licitante que possuir o Selo Empresa Amiga da Mulher, nos termos da Lei Federal nº 14.682/2023.

5.11.5 - Para comprovar a condição prevista no inciso “d” do subitem 5.11, a licitante deverá apresentar documento que comprove ter obtido certificação anticorrupção ou *compliance* concedida por órgãos públicos de controle ou entidades internacionalmente acreditadas.

5.11.6 - Caso o sistema Compras não aplique os critérios de desempate na forma prescrita pelo subitem 5.11, apenas os atos que sejam insusceptíveis de aproveitamento serão desconsiderados pelo(a) pregoeiro(a).

5.11.7 - Se o critério de desempate decisivo for o previsto no inciso “f” do subitem 5.11, será possível o aproveitamento do sorteio eletrônico realizado pelo sistema Compras, após o esgotamento dos demais critérios de desempate.

5.11.8 - Somente será aplicado o sorteio presencial quando houver falha no sistema que impeça a realização do sorteio eletrônico.

5.11.8.1 - O sorteio, quando realizado em sessão presencial, será convocado especialmente para esse fim, mediante publicação no Diário Oficial do Município e comunicado no *chat* do sistema Compras.

5.11.8.2 - O sorteio será gravado e transmitido em tempo real para acompanhamento de todos os interessados.

5.11.9 - A licitante que prestar declaração falsa, especialmente nas hipóteses dos subitens 5.11.4 e 5.11.5, poderá estar sujeita às sanções previstas na lei e neste edital.

5.12 - Antes de passar para a fase de negociação, deverá ser dado às ME's e EPP's em situação de empate ficto o direito de encaminhamento da oferta final de desempate.

5.13 - Apurada a oferta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) deverá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor para a CMBH.

5.13.1 - A negociação somente será feita por meio da funcionalidade disponível no sistema, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital e em seus anexos.

5.13.2 - Havendo a desclassificação da licitante anteriormente classificada, o(a) pregoeiro(a) fará a negociação com a próxima da ordem de classificação.

5.14 - Incumbirá à licitante acompanhar todas as operações efetuadas no sistema em relação ao pregão, desde a sua abertura até o seu encerramento.

5.14.1 - É da licitante o ônus decorrente da perda de negócios em virtude da inobservância de qualquer mensagem emitida no sistema, bem como de sua eventual desconexão.

5.15 - A licitante assume como firmes e verdadeiros sua proposta e todos os lances inseridos durante a sessão pública.



## 6 ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar, avaliando se é adequada em relação ao objeto e se o preço é compatível com o valor estimado para a contratação.

6.1.1 - Será levado em consideração, para o julgamento das propostas, o critério definido na folha de apresentação, que poderá ser **menor preço** ou **maior desconto**.

6.2 - Em relação aos itens ou grupos de itens não exclusivos a microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as licitantes assim qualificadas, procedendo à comparação de seus valores com os valores da primeira classificada, se esta não se enquadrar no tratamento diferenciado, assim como das demais classificadas, quando for o caso.

6.2.1 - Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de empresas qualificadas como ME's ou EPP's que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço válido serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.2.2 - A melhor classificada dentre as ME's ou EPP's, nos termos do subitem 6.2.1, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.2.3 - Caso a licitante qualificada como ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes assim qualificadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem 6.2.2.

6.3 - Não serão aceitas propostas com valor global ou unitário superior ao estimado.

6.4 - No caso de item isolado, quando exigido o detalhamento de custos, na forma da alínea “c” do subitem 4.4.3, será permitida a readequação dos preços, a critério da licitante, desde que:

- a) não ultrapasse o valor global ofertado; e
- b) todos os valores unitários sejam menores ou iguais aos estimados nos autos.

6.5 - No caso de grupo de itens, a aceitação somente poderá ser feita em relação à totalidade do grupo, não se admitindo aceitação parcial de proposta.

6.5.1 - A existência de valor de um ou mais itens componentes do grupo superior à média estimada impedirá que a proposta seja aceita, ainda que o valor global do grupo de itens esteja abaixo do preço médio global.

6.5.2 - O(A) pregoeiro(a) tentará negociar com a licitante em relação aos itens com valor superior ao estimado e, em caso de aceitação, fixará prazo para envio da proposta comercial ajustada contendo os valores negociados.

6.6 - Todos os preços deverão ser cotados com, no máximo, duas casas decimais, sendo desconsideradas as casas decimais a partir da terceira, sem arredondamento.

6.7 - Caso o termo de referência tenha exigido da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar a apresentação de amostra, as regras constarão no anexo "**Condições para apresentação e análise de amostras**".

6.8 - Serão desclassificadas as propostas que:

- I ) contiverem vícios insanáveis;
- II) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.8.1 - Será considerada inexequível a proposta que apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie expressamente à parcela ou à totalidade da remuneração.

6.8.2 - Os erros materiais e evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o conteúdo das propostas serão desconsiderados.

6.8.3 - É indício de inexequibilidade a oferta de propostas de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação, podendo o pregoeiro(a) promover diligência para averiguar a exequibilidade.

6.9 - A desclassificação de propostas comerciais será sempre fundamentada e registrada no sistema, possibilitando o acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.10 - Em caso de desclassificação da proposta melhor classificada, as demais propostas serão examinadas na ordem de classificação até a apuração de uma oferta em conformidade com o edital.

6.10.1 - A mesma regra se aplica para o caso em que a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato ou não aceitar a nota de empenho, conforme o caso.

6.10.2 - O(A) pregoeiro(a) deverá negociar com a proponente para que seja obtido preço melhor para a CMBH antes de realizar a aceitação da proposta.

6.10.3 - Deverá ser feita nova verificação de eventual ocorrência do empate ficto antes de o(a) pregoeiro(a) passar à proposta subsequente sempre que uma proposta for desclassificada, nos itens **não exclusivos a ME/EPP**.

6.11 - Os itens ou grupo de itens reservados à participação exclusiva de ME ou EPP como cotas se submetem às regras previstas neste item, para fins de julgamento da melhor proposta.

6.11.1 - Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes da cota principal, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

6.11.2 - Não havendo vencedor para a cota principal, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota reservada, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes da cota reservada, desde que pratiquem o preço do vencedor da cota reservada.

6.11.3 - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, será considerado o menor preço ou maior desconto unitário, dentre as cotas, para o cálculo do valor final de ambas as cotas.

6.12 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital e em seus anexos, a proposta será considerada aceita e a licitante classificada para a fase de habilitação, observada a fase recursal prevista no **item 10** deste edital.

## 7 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1 - A licitante que for pessoa jurídica deverá apresentar prova de constituição social atualizada para verificação da regularidade em relação à habilitação jurídica, enviando, quando convocada, um dos seguintes documentos:

- a) **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **microempreendedor individual (MEI)**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site [www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](http://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor) ou outro que vier a substituí-lo;
- c) **sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) **sociedade por ações**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado no órgão pertinente, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- f) **cooperativa (somente quando admitida a participação)**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;
- g) **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**: decreto de autorização;

h) **exercício de atividade que dependa de registro ou autorização:** ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando solicitado por este edital no Termo de Referência.

7.2 - Os documentos de constituição social deverão explicitar o objeto social, a sede da empresa e os responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar os documentos pela empresa.

7.2.1 - Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.2 - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.

## **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

7.3 - Deverão ser apresentados para verificação da regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ ou no CPF;
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) comprovante de regularidade com a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou da sede da licitante, por meio de certidão emitida pelo órgão estadual competente;
- e) comprovante de regularidade com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou da sede da licitante, por meio de certidão emitida pelo órgão municipal competente;
- f) comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

h) declaração de que não emprega menor, nos termos do subitem 3.1, “d” deste edital.

7.4 - Não serão aceitos pelo(a) pregoeiro(a) documentos que comprovem a regularidade fiscal de apenas parte dos tributos de competência do ente federado.

7.5 - Serão aceitas pelo(a) pregoeiro(a) certidões negativas ou positivas com efeito de negativas para o atendimento das exigências relativas à regularidade fiscal e trabalhista.

## **REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO**

---

7.6 - Os documentos relativos à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica serão exigidos quando constar a indicação no campo "requisitos específicos" da folha de apresentação.

7.6.1 - Havendo a indicação prevista no subitem 7.6, as regras respectivas constarão no anexo chamado "**Documentos Adicionais de Habilitação**".

## 8 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - O(A) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação antes da análise da habilitação.

8.1.1 - A verificação das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, será feita mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, III, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

8.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

8.1.3 - Se constatada a existência de sanção, a licitante será declarada inabilitada, por ausência de condição de participação.

8.2 - O(A) pregoeiro(a) irá verificar o atendimento aos requisitos de regularidade fiscal, social e trabalhista, preferencialmente, mediante consulta ao Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - SUCAF - e/ou ao SICAF.

8.2.1 - Aplica-se o disposto no subitem 8.2 aos demais requisitos de habilitação exigidos no edital, desde que as exigências possam ser aferidas pelos documentos extraídos do sistema.

8.2.2 - O cadastramento da licitante no SUCAF ou a partir do nível II do SICAF é facultativo e não representa condição necessária para a sua habilitação neste certame.



8.2.3 - É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SUCAF ou do SICAF para que estejam vigentes na data de análise da habilitação, ou encaminhar, quando convocada, a documentação exigida no item 7 deste edital.

8.2.4 - Os documentos que possam ser emitidos apenas com a indicação do CNPJ ou CPF da licitante serão consultados e autuados no processo pelo(a) pregoeiro(a) para verificar as condições de habilitação.

8.2.5 - Quando a licitante estiver com alguma documentação vencida no SUCAF ou no SICAF, também será feita a consulta aos sítios oficiais emissores de certidão.

8.3 - Na hipótese de não ser possível verificar as condições de habilitação na forma prevista no subitem 8.2, os documentos exigidos deverão ser enviados por meio do sistema no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a ser informado pelo(a) pregoeiro(a).

8.3.1 - Será aceito o envio da documentação por meio do *e-mail* [cpl@cmbh.mg.gov.br](mailto:cpl@cmbh.mg.gov.br) somente mediante autorização do(a) pregoeiro(a) e em caso de indisponibilidade do sistema.

8.3.2 - Os documentos enviados por *e-mail* serão disponibilizados no Portal da CMBH para consulta.

8.4 - Atendendo ao princípio do formalismo moderado, o(a) pregoeiro(a) poderá permitir a apresentação de documento comprobatório de condição preexistente atendida pela licitante na data da abertura da sessão pública para suprir eventual falta de documento.

8.4.1 - Na análise do documento apresentado na forma prevista no subitem 8.4, o(a) pregoeiro(a) irá verificar se a condição de habilitação já estava preenchida na data da abertura da sessão, podendo a data de emissão do documento ser posterior, desde que possível verificar que a condição era preexistente.

8.4.2 - O(A) pregoeiro(a) somente analisará os documentos enviados pela licitante que tenham sido exigidos pelo edital, desconsiderando os demais.

8.5 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos.

8.6 - Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, devendo a documentação guardar compatibilidade em relação ao CNPJ/CPF apresentado pela empresa participante, não sendo permitida a mescla de documentos.

8.6.1 - Ressalvam-se do disposto no subitem 8.6 aqueles documentos legalmente permitidos e os tributos cuja certidão seja expedida exclusivamente no CNPJ e nome da matriz.

8.7 - Todos os documentos apresentados deverão estar válidos na data de convocação para envio.

8.7.1 - Documentos vencidos acarretarão a **inabilitação** da licitante se não for possível suprir a falta por um dos meios previstos neste edital.

8.7.2 - Será permitido encaminhar documentação atualizada quando os documentos de habilitação anexados estiverem com a data de validade vencida após a data da convocação.

8.7.3 - Os documentos que não possuírem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

8.7.4 - Não se enquadram na exigência do subitem 8.7 aqueles documentos que, pela sua própria natureza, não se sujeitam a prazo de validade.

8.8 - A licitante que não comprovar ou não puder ter aferida a sua habilitação será **inabilitada**.

8.9 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP que usufrua do benefício, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização, prorrogáveis por igual período, a critério do(a) pregoeiro(a).

8.9.1 A regra prevista do subitem 8.9 será aplicável a partir do momento em que a ME ou a EPP for declarada vencedora do certame.

8.9.2 - O(a) pregoeiro(a) irá indicar o termo inicial e o termo final do prazo para apresentação do documento que comprove a regularidade.

8.9.3 - A comprovação de que trata o subitem 8.9.2 deverá ser anexada no sistema Compras, conforme a convocação do(a) pregoeiro(a).

8.9.4 - Os documentos em que a emissão pela internet dependam apenas do CNPJ da licitante ou, ainda, que possam ser verificados junto ao SUCAF ou SICAF serão consultados pelo pregoeiro(a).

8.10 - Comprovada a regularidade da habilitação, a licitante será reputada **habilitada** e será declarada vencedora daquele item ou grupo de itens observada a fase recursal prevista no **item 10** deste edital.

8.11 - Após o encerramento das fases de julgamento das propostas e da habilitação, não havendo a interposição de recursos ou, tendo havido a interposição, tenha se decidido pela manutenção da decisão inicial, o(a) Presidente da CMBH adjudicará o objeto e homologará a licitação.

## 9 REABERTURA DA SESSÃO

9.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à sessão pública precedente;
- b) quando anulada a própria sessão pública;
- c) quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado;
- d) quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a manutenção da regularização fiscal, trabalhista e social.

9.2 - Nas hipóteses previstas no subitem 9.1 os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances serão refeitos e somente serão reaproveitados os que não dependam do ato anulado.

9.3 - Todas as licitantes serão convocadas para acompanhar a sessão reaberta pelo sistema e por publicação no DOM.

## 10 RECURSOS

10.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 - Encerrada a fase de julgamento das propostas ou finalizado o ato de habilitação ou inabilitação da licitante, as interessadas deverão, no prazo de **10 (dez) minutos**, manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer no sistema eletrônico.

10.2.1 - A falta de manifestação da licitante no prazo dado pelo(a) pregoeiro(a) importará a decadência do direito de recurso.

10.2.2 - As razões de recurso deverão ser apresentadas pela licitante que manifestou a intenção de recorrer no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da intimação ou da lavratura da ata, em campo próprio do sistema.

10.2.3 - As contrarrazões serão apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis, iniciando-se logo após o término do prazo previsto no subitem 10.2.2, independentemente de intimação.

10.2.4 - As razões e contrarrazões recursais deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema.

10.2.5 - O recurso será dirigido ao pregoeiro(a), que terá o prazo de 3 (três) dias úteis para reconsiderar a sua decisão ou para encaminhar o recurso para julgamento.

10.2.6 - O recurso será julgado pela Presidência da CMBH no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.3 - O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.4 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 11 CONTRATAÇÃO

11.1 - A licitante vencedora do certame será convocada pela CMBH para assinar o contrato ou aceitar a nota de empenho.

11.2 - O contrato deverá ser devolvido assinado pela vencedora no prazo de 5 (cinco) dias úteis da convocação pela CMBH, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei.

11.3 - A nota de empenho será enviada ao endereço eletrônico indicado na proposta comercial e será considerada aceita se não houver contestação ao gestor do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento.

11.4 - As demais regras da contratação constarão no anexo **“Minuta do Contrato”** ou **“Condições para contratação por meio de nota de empenho”**, conforme o caso.

## 12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Comete infração administrativa a licitante ou adjudicatária que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
- b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
  - I) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - II) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
  - III) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - IV) deixar de apresentar amostra, quando exigida pelo edital.
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame;
- e) fraudar a licitação;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

12.1.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



12.2 - A licitante ou adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 12.1 ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

- a) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- b) impedimento de licitar e de contratar com o município de Belo Horizonte pelo prazo de até 3 (três) anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3 - A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas será feita em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observado o procedimento estabelecido na Portaria n.º 23.000/2025 da CMBH.

12.5 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no anexo "**Minuta de Contrato**" ou "**Condições para contratação por meio de nota de empenho**" deste edital.

## 13 PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 - Os interessados poderão impugnar este edital ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para a abertura do certame.

13.2 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão enviados, preferencialmente, por meio de formulário específico disponível no Portal da CMBH na página destinada à licitação.

13.2.1 - Aqueles que desejarem poderão enviar por escrito, entregando o documento respectivo na Seção de Apoio Operacional e Protocolo da CMBH no horário de 10:00 às 16:00 horas dos dias úteis.

13.2.2 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos enviados por *e-mail* ou entregues em protocolo físico serão cadastrados pela Seção de Apoio a Licitações no formulário eletrônico citado no subitem 13.2.

13.3 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão respondidos em até 3 (três) dias úteis.

13.3.1 - As respostas serão divulgadas no Portal da CMBH e no sistema Compras, respeitada a antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data da sessão.

13.4 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 - A CMBH comunicará por meio de publicação no Diário Oficial do Município e de aviso no sistema Compras, caso seja necessário alterar a data de abertura do pregão.

13.5 - Não caberá reclamação posterior quanto à cláusula não impugnada, exceto nos casos de ilegalidade.

13.6 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações aderem a este edital como se dele fizessem parte, vinculando a CMBH e as licitantes.

## **14 DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO CERTAME**

14.1 - Este edital está disponível no sistema Compras, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP - e no Portal da CMBH.

14.2 - A ata da sessão pública, contendo o relatório de julgamento, as respostas e as decisões referentes aos recursos serão disponibilizadas no Portal da CMBH e no sistema Compras.

14.3 - O aviso de edital, a convocação para reabertura de sessão, as decisões sobre recurso, a adjudicação e a homologação da licitação serão publicados no Diário Oficial do Município e no Portal da CMBH.

14.4 - Aqueles que tiverem interesse em participar do certame deverão, durante todo o processo, acompanhar as publicações referentes a ele nos locais citados nos subitens 14.1 a 14.3.

14.4.1 - A CMBH não assume o compromisso de promover qualquer comunicação por meios diversos dos previstos neste edital.

14.5 - Eventuais modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## 15 DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Fica assegurado à CMBH o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes.

15.2 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.3 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.4 - A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo é possível em qualquer fase do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveriam constar no ato da sessão pública, excetuado o disposto no subitem 8.4.

15.4.1 - No julgamento das propostas e da habilitação, os erros ou falhas poderão ser sanados desde que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, registrando-se tudo em ata.

15.4.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.5 - As proponentes são as únicas responsáveis por todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CMBH não será responsável por esses custos em nenhum caso, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6 - A CMBH não se responsabilizará por documentos enviados via postal ou por forma diversa da prevista neste edital que não chegarem até o nosso endereço.

15.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

15.7.1 - Os prazos só se iniciam e vencem em dias em que houver expediente na CMBH.

15.8 - Aplicam-se as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 aos casos omissos.

15.9 - O processo relativo a esta licitação permanecerá com vista franqueada aos interessados na Seção de Apoio a Licitações, mediante prévio agendamento a ser solicitado por e-mail enviado ao endereço eletrônico [cpl@cmbh.mg.gov.br](mailto:cpl@cmbh.mg.gov.br).

15.10 - O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais especial que seja.

## **ANEXO - REGRAS PARA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS (SERVIÇOS)**

1 - Será permitida a participação de cooperativas na presente licitação, observadas as regras previstas neste anexo.

2 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's) e equiparadas, inclusive as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, por força do artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006 e no Decreto federal nº 8.538, de 2015.

3.1 - A sociedade cooperativa poderá declarar, se for o caso, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1 - A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4 - O licitante organizado em cooperativa deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
  - f.1) Ata de fundação;
  - f.2) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
  - f.3) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
  - f.4) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
  - f.5) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
  - f.6) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;
  - f.7) Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **ANEXO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 1 - A licitante deverá anexar ao sistema, após convocação do(a) pregoeiro(a), declaração de indicação de 1 (um) profissional graduado em engenharia civil ou arquitetura e urbanismo, que será designado como responsável técnico pelo serviço, conforme modelo anexo a este Edital.
  - 1.1 - A declaração deverá apresentar, no mínimo, as seguintes informações:
    - 1.1.1 - Nome completo do profissional;
    - 1.1.2 - Título e número do registro do profissional junto ao Conselho Profissional competente;
    - 1.1.3 - Natureza da relação ou vínculo do profissional com a licitante, demonstrada por meio da apresentação de um dos seguintes documentos comprobatórios:
      - a. Contrato social indicando que o profissional é sócio, administrador ou diretor da empresa;
      - b. Carteira de Trabalho e Previdência Social comprovando o vínculo empregatício.
      - c. Contrato de Prestação de serviços vigente.
      - d. Declaração de compromisso de vinculação futura, caso a licitante sagre-se vencedora da licitação.
  - 1.2 - A licitante deverá apresentar documentação comprobatória referente à formação do profissional, podendo ser feita por meio da apresentação de comprovante de registro do profissional junto ao Conselho Profissional equivalente ou por meio de outro documento equivalente que permita atestar a formação do profissional.
  - 1.3 - A licitante deverá enviar uma Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional a ser indicado como responsável técnico, comprovando a execução de serviços de engenharia para manutenção, revitalização e



conservação de calçada, com área mínima de 300m<sup>2</sup>.

2. A licitante deverá comprovar que se encontra regularmente registrada no respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da circunscrição a que estiver vinculada, conforme seu enquadramento.

## ANEXO - MODELO DE FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, INDICA como profissionais componentes de sua equipe, para fins de comprovação de capacidade técnico-profissional no Pregão Eletrônico os(as) senhores(as):

### Cargo do Profissional

Nome do profissional: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Nº de registro: \_\_\_\_\_

Natureza do vínculo:

- ☐ Sócio da empresa (juntar contrato social)
- ☐ Empregado (juntar CTPS)
- ☐ Prestador de Serviço (juntar contrato vigente)
- ☐ Vinculação futura (juntar declaração de compromisso)

Estou ciente de que junto a essa declaração devo enviar o comprovante da formação dos profissionais indicados e, ainda, uma CAT que comprove a execução de serviços de engenharia para manutenção, revitalização e conservação de calçada, com área mínima de 300m<sup>2</sup>, nos termos previstos no edital e seus anexos.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do  
representante legal da licitante

## ANEXO - DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

1.1 - Serão exigidos da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar os seguintes documentos relativos à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial**, expedida pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da Justiça da sede da licitante, datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de realização da sessão pública de abertura do certame, prevista na "folha de apresentação" do edital;

b) **Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

1.2 - Caso a certidão negativa de falência ou recuperação judicial contenha prazo de validade, prevalecerá esse em detrimento daquele assinalado na alínea "a" do subitem 1.1 deste anexo.

1.3 - Os documentos referidos na alínea "b" do subitem 1.1 deste anexo poderão ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de abertura do certame.

1.4 - As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar o balanço de abertura, devidamente registrado.

1.5 - As empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal 123/2006, optantes pelo SIMPLES NACIONAL, embora estejam dispensadas do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis, assim o estão apenas para fins fiscais, sendo obrigatória a apresentação desses documentos para a licitação.

1.6 - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis apresentados deverão estar assinados por Contador ou Técnico de Contabilidade, neles constando a indicação do número de registro destes junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

1.7 - Os balanços patrimoniais deverão estar acompanhados dos Termos de Abertura e dos Termos de Encerramento, com o devido registro na Junta Comercial ou órgão equivalente.

1.8 - A comprovação da boa situação financeira da licitante será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que 1 (um), a serem calculados pela CMBH por meio das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

1.9 - Para demonstrar sua boa situação financeira, a licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um dos índices referidos no subitem 1.8 deste anexo deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

1.9.1 - A comprovação referida no subitem anterior deverá ser feita relativamente à data de convocação, admitida a atualização.

## ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA

### **ADVERTÊNCIAS PRELIMINARES**

---

Este anexo define, minuciosamente, o objeto do certame epigrafado, detalha o bem ou serviço a ser fornecido/prestado e as condições específicas que a(s) vencedora(as) deverá(ão) observar na execução contratual.

Faz parte integrante deste anexo e dele é indissociável a cópia integral do termo de referência que ensejou a presente licitação, cujo original compõe o processo respectivo.



## TERMO DE REFERÊNCIA- SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

Registra-se que, caso as informações constantes neste instrumento conflitem com as estabelecidas no respectivo edital e seus anexos, prevalecerá o texto indicado neste Termo de Referência.

ÁREA DEMANDANTE/SIGLA					
SEÇÃO DE ENGENHARIA - SECENG					
NÚMERO DO PROTOCOLO DO ETP					
824/2024					
1 - DEFINIÇÃO COMPLETA DO OBJETO					
<b>1.1. Descrição do objeto:</b> Contratação de empresa especializada em serviços na área de engenharia, para manutenção, revitalização e conservação da calçada, com fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e quaisquer outros insumos necessários à execução das intervenções, serviço comum, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.					
Lote	Item	Descrição de cada item	Unidade	Quantidade	Código Compras
-	1	Serviço comum de engenharia para manutenção, revitalização e conservação da calçada com fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e quaisquer outros insumos necessários à execução das intervenções.	Unidade	1	18376
<b>1.2. Definição acerca da continuidade do serviço e alocação de mão de obra:</b> (X) Não continuado. SEM dedicação exclusiva de mão de obra.					
<b>1.3. O regime de execução do serviço será o seguinte:</b> (X) Empreitada por preço global.					



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

### 1.4. Agrupamento de itens:

A presente contratação será por:

☒ Itens isolados.

### 1.5. Natureza do objeto:

☒ Obras e Serviços de Engenharia.

### 1.6. Necessidade de indicação de responsável técnico:

☒ Sim. Área do responsável técnico: Engenheiro Civil ou Arquiteto

## 2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Condições gerais e específicas de execução e aceitação do objeto ou padrões mínimos de qualidade para o serviço a ser contratado:

#### 2.1.1. INFORMAÇÕES GERAIS

2.1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços na área de engenharia, visando à execução dos serviços para manutenção, revitalização e conservação da calçada, com fornecimento de mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e quaisquer outros insumos necessários à execução das intervenções.

2.1.1.2. Os projetos, memoriais descritivos e demais documentos anexados a este Termo de Referência especificam as soluções construtivas que deverão ser adotadas e apresenta as especificações de serviços e de materiais que deverão ser realizados e fornecidos pela CONTRATADA, cabendo a ela total responsabilidade pela completa execução dos serviços sem qualquer ônus adicional à CMBH.

2.1.1.3. A execução da revitalização das calçadas do entorno da Câmara Municipal de Belo Horizonte compreende a execução de serviços de engenharia voltados à revitalização integral dos passeios públicos localizados nas ruas Expedicionário Nilo



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

Seabra, Marginal da Avenida dos Andradas, Tenente Anastácio de Moura e Avenida Churchill. As principais atividades incluem:

- **Serviços preliminares:** implantação de área de vivência, instalação de placas e sinalização provisória conforme normas da BHTRANS, mobilização de containers para apoio administrativo, guarda de ferramentas, e isolamento da área de trabalho.
- **Demolições:** remoção mecânica e manual das calçadas existentes em concreto e dos trechos de meio-fio e sarjetas indicados em projeto, com transporte e destinação adequada dos resíduos a bota-fora licenciado, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002.
- **Drenagem:** demolição de canaletas superficiais existentes e execução de nova cobertura em concreto com escoamento direcionado às sarjetas. Execução de novas tampas de concreto em substituição das peças danificadas quando necessário, assegurando a continuidade hidráulica e a segurança dos pedestres.
- **Execução da calçada:** regularização, nivelamento e compactação da base do solo, aplicação de lona plástica (espessura mínima de 150 micras) e concretagem de camada estrutural com concreto fck  $\geq$  20 MPa, espessura de 8 cm, armada com tela soldada Q61. Aplicação de acabamento cimentado desempenado com espessura de 2 cm e juntas plásticas de dilatação a cada 2 m. As calçadas deverão manter declividade transversal entre 1% e 3%, voltada para a sarjeta.
- **Acessibilidade:** implantação de piso tátil direcional e de alerta de 20 x 20 cm, conforme as normas ABNT NBR 9050:2020 e NBR 16537:2024, e conforme padrão adotado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Execução de rampas de acessibilidade, rebaixos e concordâncias em pontos definidos em projeto, atendendo aos parâmetros da NBR 9050.
- **Sinalização viária:** implantação e/ou adequação da sinalização horizontal e vertical do passeio, conforme padrões e aprovação da BHTRANS,





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

garantindo a segurança e fluidez do trânsito de pedestres e veículos.

- **Serviços complementares:** execução de reparos e adequações em guias, canteiros e tampas de inspeção, instalação de mobiliário urbano (como lixeiras padronizadas) e recomposição do entorno imediato.
- **Entrega final:** limpeza geral da área, retirada do canteiro e sinalizações provisórias, e entrega das calçadas totalmente concluídas, livres de entulho e prontas para uso, em conformidade com as normas técnicas e o padrão SUDECAP vigente.

2.1.1.4. Em nenhuma hipótese, a CONTRATADA poderá alegar engano ou erro de projetos para justificar qualquer incorreção na execução das atividades ou de serviços que não observem a boa técnica. Ou seja, compete à CONTRATADA fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos, projetos, especificações e documentação técnica fornecida pela CMBH antes do início dos serviços, emitindo um relatório técnico. Portanto, qualquer divergência, omissão ou erro encontrado decorrente da avaliação deverá ser comunicada IMEDIATAMENTE à fiscalização da CMBH, mesmo as inconsistências identificadas em momento posterior à apresentação do relatório e/ou durante a execução do objeto contratual, inclusive qualquer transgressão a normas técnicas, regulamentos ou leis vigentes, sob pena de assumir a responsabilidade e o ônus decorrente dos serviços executados.

2.1.1.4.1. O relatório técnico referente à análise dos projetos deverá incluir a identificação e descrição de quaisquer inconsistências, erros, defeitos ou inconformidades detectadas nos projetos. Deve constar também um histograma de mão de obra que será alocada em cada etapa do cronograma. O documento deverá ser encaminhado à equipe de fiscalização da CMBH, no prazo de até 15 dias úteis após a emissão da Ordem de Início de Serviço, para avaliação e aprovação, garantindo que todas as condições e requisitos necessários sejam atendidos antes do início da execução do objeto contratual.

2.1.1.4.2. Qualquer atraso ou retrabalho que venha a ser causado devido a notificação de inconsistência ou erro nos projetos, planilhas orçamentárias e demais



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

documentos que embasam os serviços realizados, que não conste no relatório entregue pela CONTRATADA, será de responsabilidade e ônus da mesma.

2.1.1.5. Para efeito de entendimento deste Termo de Referência, foram usadas, entre outras, as seguintes definições:

- a) CMBH: Câmara Municipal de Belo Horizonte.
- b) Fiscalização da CMBH: equipe da Seção de Engenharia da CMBH responsável pela gestão e fiscalização do contrato e/ou profissionais especificamente contratados para auxílio na fiscalização do contrato.
- c) CONTRATADA: empresa responsável pela prestação dos serviços previstos neste TERMO DE REFERÊNCIA e em seus anexos.
- d) Equipe técnica: equipe formada por profissionais indicados pela CONTRATADA, legalmente habilitados, com registros nos Conselhos Profissionais competentes, detentores de experiência e de formação nas áreas compatíveis com o objeto deste Termo de Referência e seus anexos.
- e) Equipe de apoio operacional: equipe de profissionais disponibilizados pela CONTRATADA, responsáveis pela execução direta dos trabalhos, devendo possuir formação compatível com os serviços a serem desenvolvidos.
- f) Responsáveis Técnicos: profissionais habilitados e registrados nos Conselhos Profissionais competentes para responder tecnicamente pelas diversas áreas relacionadas ao objeto. Para a execução geral dos serviços, deverá ser indicado o Responsável Técnico com formação superior compatível com o objeto contratual. Para as questões específicas de segurança do trabalho, a CONTRATADA deverá designar um Técnico de Segurança do Trabalho, que atuará como Responsável Técnico pelas medidas, procedimentos e controles de segurança.
- g) ART: Anotação de Responsabilidade Técnica.
- h) RRT: Registro de Responsabilidade Técnica.
- i) CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

- j) CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
- k) CAT: Certidão de Acervo Técnico;
- l) BDI: Bônus e Despesas Indiretas.
- m) ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- n) NR: Norma Regulamentadora.
- o) NBR: Norma Brasileira de Referência.
- p) INMETRO: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

### **2.1.2. PARTES INTEGRANTES:**

2.1.2.1. Os documentos serão disponibilizados pela CMBH de forma digital através do *link* indicado na folha de apresentação do edital. Por meio do acesso ao mesmo, a empresa interessada poderá ler e fazer o *download* dos documentos. Caso seja do interesse da empresa a plotagem e impressão dos mesmos, caberá a ela providenciar, às suas expensas, as cópias necessárias.

2.1.2.2. Seguem anexos a este Termo de Referência, dele se constituindo como parte integrante, os seguintes documentos elaborados pela empresa Viabile e CMBH:

- 01\_05-CMBH-ARQ-PE-DEMOLIÇÃO - Rev.05\_ASSINADO BHT 160925.pdf
- 02\_05-CMBH-ARQ-PE-GEOMETRIA - Rev.05\_ASSINADO BHT 160925.pdf
- 03\_05-CMBH-ARQ-PE-DETALHES - Rev.05\_ASSINADO BHT 160925.pdf
- 04\_05-CMBH-ARQ-PE-AMPLIAÇÕES e SUPRESSÕES - Rev.05\_ASSINADO BHT 160925.pdf
- 05\_05-CMBH-ARQ-PE-SINALIZAÇÃO - Rev.05\_ASSINADO BHT 160925.pdf
- MEM-01-01-R01

### **2.1.3. LEGISLAÇÃO A SER CONSIDERADA:**



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

2.1.3.1. A CONTRATADA deverá conduzir os serviços com estrita observância às últimas revisões das normas técnicas emitidas pela ABNT; às práticas executivas estabelecidas pelo CREA e CAU; às normas de saúde e segurança ocupacional emitidas pelo Ministério do Trabalho; e às demais legislações pertinentes ao objeto.

2.1.3.2. Deverão ser observadas ainda as recomendações e instruções da Lei Federal 14.133/2021, do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para as contratações públicas de obras e serviços de engenharia.

2.1.3.3. Caberá à CONTRATADA observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei Federal nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, na Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, e na Lei Municipal nº 10.522/2012 que instituiu o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

### **2.1.4. CONDIÇÕES PARA EMISSÃO DA ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO:**

2.1.4.1. É condição precípua e obrigatória para a emissão da Ordem de Início de Serviço, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato, que a CONTRATADA cumpra as seguintes obrigações:

a. Comprove seu registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais, caso esteja vinculada a outro estado, apresentando documento compatível que comprove sua inscrição junto ao respectivo Conselho de Minas Gerais;

b. Apresente relação constando a indicação de sua Equipe Técnica, respeitados todos os pontos previstos neste Termo de Referência.

2.1.4.2. A relação indicando os profissionais que integrarão a sua Equipe Técnica deverá considerar, minimamente, os seguintes profissionais e atribuições:

2.1.4.2.1. 1 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto (Responsável Técnico), em



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

regime de tempo parcial, responsável pelo:

a. Acompanhamento da execução das atividades pertinentes de natureza civil, entre elas a execução de demolições, concretagem dos passeios, incluindo o fornecimento de instruções à equipe de apoio operacional quanto à correta execução das atividades.

b. A ausência do Responsável Técnico em visitas de fiscalização previamente agendadas acarretará desconto em medição do valor correspondente à diária do profissional, sem prejuízo de outras sanções.

2.1.4.2.2. 1 (um) Encarregado, em regime de tempo integral, responsável pelo:

a. Acompanhamento direto da execução dos trabalhos, incluindo o fornecimento de instruções à equipe de apoio operacional quanto à correta execução das atividades e à correta utilização de ferramentas, de máquinas e equipamentos;

b. Preenchimento do Diário de Obra diariamente com as informações pertinentes ao andamento da execução das atividades;

c. Controle da equipe de trabalho, possuindo relação de todo o pessoal presente na frente de trabalho contendo os dados dos empregados e subcontratados (nome, nº de documento oficial, função, etc.);

d. O encarregado deverá estar habilitado a tomar decisões e prestar todas as informações que forem solicitadas pela fiscalização.

2.1.4.2.3. 1 (um) Técnico de Segurança do Trabalho, em regime de tempo parcial, responsável por:

a. Elaboração do Mapa de Risco da Execução do Serviço;

b. Participação direta em toda atividade que exigir a sua presença em conformidade com as normas de segurança e saúde do trabalhador previstas na legislação vigente;

c. Inspeções no local da execução da execução dos serviços, avaliando as condições de segurança (conservação de equipamentos e de ferramentas,



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

sinalização, etc.);

d. Verificação do uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's) pelos empregados alocados na execução dos serviços.

2.1.4.3. Todos os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão possuir qualificação técnica e treinamentos coerentes com as atividades a serem desenvolvidas por eles, principalmente aqueles relacionados aos requisitos mínimos previstos nas Normas Regulamentadoras (NR). Caberá à CONTRATADA, quando exigido pela fiscalização da CMBH, apresentar certificados ou documentos equivalentes que comprovem a qualificação exigida.

2.1.4.3.1. A omissão de qualquer um dos responsáveis técnicos durante o exercício das atividades pertinentes a sua respectiva área implicará a responsabilização da CONTRATADA por quaisquer danos ou prejuízos causados às instalações, pessoas ou ao patrimônio da CMBH.

2.1.4.4. Para início da execução dos serviços, pressupõe-se que a CONTRATADA analisou todos os documentos disponibilizados, identificando atividades, locais e condições envolvidos, tendo total compreensão da gestão de insumos e de mão de obra necessários, bem como a sua distribuição racional ao longo do planejamento executivo dos serviços.

2.1.4.5. A CONTRATADA poderá solicitar ou ser solicitada pela CMBH que os serviços sejam realizados fora do horário normal de funcionamento da CMBH, o qual compreende os dias úteis (segunda-feira à sexta-feira) das 7:00 às 19 horas.

2.1.4.6. Na ocorrência prevista no subitem anterior caberão à CONTRATADA todas as responsabilidades pelo cumprimento das determinações trabalhistas, sendo que, quando a alteração de horário ocorrer por iniciativa da CONTRATADA, esta deverá comunicar e submeter à aprovação da fiscalização da CMBH, por e-mail ou ofício e com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, dias, horários e profissionais que trabalharão na data em questão.

2.1.4.7. A CONTRATADA deverá manter profissionais em quantidade suficiente para execução de cada atividade prevista em seu planejamento executivo visando ao cumprimento do prazo estabelecido para conclusão dos serviços previstos.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

2.1.4.7.1. Qualquer atraso no cronograma apresentado pela empresa em seu planejamento executivo que decorra de quantidade de profissionais inferior ao dimensionamento previsto no histograma de mão de obra, e que resulte no descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, será de responsabilidade e ônus da CONTRATADA e poderá acarretar em penalização caso o atraso verificado pela equipe de fiscalização ultrapasse uma semana.

2.1.4.7.2. A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado pela fiscalização, a composição de sua equipe técnica e de apoio operacional, apresentando relação nominal com função, vínculo e carga horária, sob pena de paralisação imediata dos serviços.

2.1.4.7.3. É vedada a substituição imotivada do encarregado, sendo que qualquer substituição deverá ser previamente comunicada, justificada e submetida à aprovação da fiscalização, acompanhada da documentação do novo profissional.

2.1.4.7.4. Quando o cronograma executivo indicar frentes simultâneas de serviço, a CONTRATADA deverá manter quantitativo de mão de obra suficiente para garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, não sendo admitida dilatação de prazo em razão de alocação inadequada de pessoal.

2.1.4.8. A composição e as atribuições apresentadas nos subitens 2.1.4.2.1 a 2.1.4.2.3 são condições e quantidades mínimas exigidas para a execução contratual, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pela definição quantitativa (dimensionamento) de sua Equipe Técnica e de sua Equipe de Apoio Operacional. Para tanto, deverá considerar as exigências normativas profissionais e legais, o andamento das etapas de trabalho e o momento de participação dos profissionais, atentando-se, entretanto, para o fiel cumprimento do prazo total previsto para a execução completa do objeto.

2.1.4.9. O total de profissionais disponibilizados pela CONTRATADA em quantidade superior à quantidade mínima exigida não implicará ônus adicional para a CMBH. Dessa forma, não será aceito qualquer argumento contrário apresentado pela CONTRATADA que esteja relacionado ao quantitativo de profissionais designados por ela, nem mesmo quanto ao prazo total para a entrega completa de todos os





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

serviços contratados.

2.1.4.10. A CONTRATADA deverá comprovar a existência de vínculo profissional entre ela e os profissionais indicados na relação prevista no subitem 2.1.4.2 deste Termo de Referência. Para tanto, a relação deverá apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

2.1.4.10.1. Nome completo do profissional.

2.1.4.10.2. Título e número do registro do profissional junto ao Conselho Profissional competente, quando for o caso.

2.1.4.10.3. Atribuições e funções que serão assumidas pelo profissional na execução do objeto.

2.1.4.10.4. Natureza do vínculo profissional com a CONTRATADA demonstrada por meio da apresentação de um dos documentos listados abaixo:

- a. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- b. Contrato social da empresa em que conste o nome do profissional como sócio.
- c. Contrato de prestação de serviços vigente.

2.1.4.11. Os Responsáveis Técnicos indicados pela CONTRATADA deverão, obrigatoriamente, atender às seguintes exigências:

2.1.4.11.1. Profissional de nível superior com formação em Engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo ou outro curso equivalente e reconhecido pelo Conselho Profissional competente.

2.1.4.11.2. Registro profissional junto ao Conselho Profissional competente.

2.1.4.11.3. Detentor de Capacidade Técnico-Profissional comprovada em:

- a) Para o RT de engenharia civil ou arquitetura e urbanismo: atividade de construção, reforma ou manutenção de calçadas.

2.1.4.12. A Capacidade Técnico-Profissional prevista no subitem 2.1.4.11.3 deverá ser demonstrada por meio da apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

emitida pelo Conselho Profissional competente em nome do profissional indicado pela CONTRATADA, constando a descrição e os quantitativos dos serviços executados.

2.1.4.13. Em nenhuma hipótese, ao longo de toda a execução contratual, a CONTRATADA poderá utilizar profissional com qualificação técnica inferior àquela exigida neste Termo de Referência.

2.1.4.14. Devido às constantes atualizações promovidas pelos Conselhos de Engenharia, no que se referem às atribuições profissionais, feitas por meio de decretos e resoluções, será considerado habilitado o profissional com formação diferente da indicada neste Termo de Referência para assumir a Responsabilidade Técnica, desde que:

2.1.4.14.1. O registro do profissional no respectivo conselho de classe (CREA ou CAU) esteja válido.

2.1.4.14.2. Comprove, por meio de documento normativo específico (decretos, resoluções ou equivalentes), que a sua formação permite o exercício profissional na área de atuação indicada.

2.1.4.14.3. Comprove, por meio de Certidão de Acervo Técnico, experiência profissional na área de atuação indicada.

2.1.4.15. Nos termos do artigo 67, § 6º da Lei nº 14.133, de 2021, e a critério exclusivo da CONTRATADA, um Responsável Técnico apresentado inicialmente poderá ser substituído por outro profissional com formação e experiência equivalentes ou superiores às aquelas indicadas inicialmente. Contudo, deverão ser respeitadas as condições descritas abaixo:

2.1.4.15.1. A comunicação de substituição do profissional deverá ser feita formalmente pela CONTRATADA à fiscalização da CMBH de forma escrita, acompanhada dos documentos do profissional substituto, comprovando que este possui capacidade técnica, experiência e qualificação equivalente ou superior à do profissional substituído.

2.1.4.15.2. A substituição do profissional, para ser efetivada, deverá ser previamente analisada e aprovada pela CMBH, que verificará a existência da



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

qualificação técnica mínima necessária em relação ao substituto.

2.1.4.15.3. A eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para o não cumprimento de quaisquer das condições do contrato, principalmente quanto à alegação de desconhecimento do escopo dos serviços a serem prestados pelo profissional substituto e quanto ao prazo total para conclusão dos serviços.

2.1.4.15.4. Deverão ser respeitadas todas as condições expressas nos subitens 2.1.4.14 a 2.1.4.14.3.

2.1.4.16. Todos os profissionais deverão utilizar uniformes, crachás de identificação e equipamentos de segurança adequados ao exercício de suas atividades, além de serem obrigados a se comportarem com educação e urbanidade e respeitarem as normas internas da CMBH.

2.1.4.16.1. O acesso ao local da frente de trabalho será restrito a pessoas previamente identificadas pela CONTRATADA e aprovadas pela fiscalização da CMBH, vedada a permanência de pessoas não autorizadas.

2.1.4.16.2. A CONTRATADA deverá substituir, de forma imediata e sem ônus para a Administração, qualquer profissional que, a critério da fiscalização da CMBH, descumpra normas de segurança, apresente conduta incompatível com o ambiente de trabalho, comportamento desrespeitoso ou falta de urbanidade, ou ainda demonstre insuficiência técnico-profissional para a execução das atividades. A substituição não afasta a aplicação das penalidades contratuais cabíveis, podendo, inclusive, ser proibido o acesso à frente de trabalho a qualquer membro da equipe, sócio ou diretor que adote conduta inadequada perante a fiscalização. Considerar-se-á insuficiência técnico-profissional a ocorrência de situações como:

- a. reincidência em erros de execução de serviços, após orientação formal da fiscalização;
- b. não atendimento aos procedimentos técnicos previstos em projeto, especificações ou normas aplicáveis;
- c. execução de serviços com qualidade inferior à exigida contratualmente;



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

d. desconhecimento comprovado das técnicas, equipamentos ou materiais inerentes às funções desempenhadas;

e. reiterado descumprimento de prazos ou cronogramas por falhas operacionais atribuíveis ao profissional.

### **2.1.5. ORIENTAÇÕES INICIAIS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

2.1.5.1. Após a emissão da Ordem de Serviço pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), o Responsável Técnico deverá solicitar à Prefeitura de Belo Horizonte, no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, a Autorização para Interdição Total ou Parcial de Vias para Realização de Obras (AIV Obras), conforme procedimentos e exigências descritos no portal oficial de serviços municipais. O início da execução dos serviços em campo deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente à emissão da AIV Obras, respeitando as condições e prazos nela estabelecidos.

2.1.5.1.1. Caberá à CONTRATADA apresentar toda a documentação necessária à solicitação, acompanhando o processo até a emissão da autorização. À CMBH compete o pagamento, ou a solicitação de isenção, das taxas decorrentes exclusivamente dessa solicitação.

2.1.5.2. A CONTRATADA deverá providenciar junto ao respectivo Conselho a retirada das Anotações de Responsabilidade Técnica referentes à execução do objeto em nome do Responsável Técnico, nos termos da Lei nº 6.496, de 1977. A ART deverá corresponder, integralmente, às intervenções previstas no projeto.

2.1.5.3. A CONTRATADA deverá entregar a via da ART referentes à CMBH, devidamente quitadas às suas expensas, respeitando o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Início de Serviço.

2.1.5.4. Caberá à CONTRATADA tomar todas as providências junto aos órgãos públicos pertinentes a cada atividade, se necessário, durante a realização dos serviços, incluindo a formalização dos pedidos de desligamento e de retomada da energia, os pedidos de ligações provisórias, se necessário, e outras inerentes à



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

execução e conclusão dos serviços.

2.1.5.5. Previamente ao início das atividades, caberá à CONTRATADA tomar as providências necessárias à mobilização de pessoal, de equipamentos, máquinas, materiais, ferramentas e demais itens inerentes à execução dos serviços, observando a mobilização destes insumos em quantidades e características coerentes com as recomendações técnicas descritas nos documentos integrantes deste TERMO DE REFERÊNCIA e com o cronograma de execução dos serviços contratados.

2.1.5.6. Caberá à CONTRATADA desenvolver e apresentar à fiscalização da CMBH, até 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para início da execução dos serviços, o Planejamento Executivo contendo o detalhamento do cronograma físico-financeiro por etapas, sub-etapas e atividades.

2.1.5.6.1. É obrigatória a inclusão no Planejamento Executivo de toda e qualquer mobilização de materiais e/ou equipamentos que influenciarão na rotina normal da CMBH, seja nos locais internos ou nas áreas externas dentro dos perímetros do terreno da Câmara Municipal.

2.1.5.6.2. A CONTRATADA deverá incluir em seu Planejamento Executivo um Plano de Segurança do Trabalho, indicando as atividades em que será imprescindível a presença do Técnico em Segurança do Trabalho, bem como medidas de mitigação de impactos no entorno, de modo a garantir a segurança dos trabalhadores, servidores e visitantes, além da preservação das condições de funcionamento da CMBH durante a execução dos serviços.

2.1.5.7. A fiscalização da CMBH avaliará o Planejamento Executivo e, caso seja necessário, indicará as correções necessárias e coerentes com as atividades normais, cabendo à CONTRATADA promover os ajustes no documento em até 5 dias úteis após a manifestação da fiscalização. Não havendo ajustes ou efetuados aqueles solicitados pela CMBH, a fiscalização dará por aprovado o Planejamento Executivo apresentado, valendo-se do mesmo para acompanhar toda a execução do objeto conforme descrito no documento.

2.1.5.8. Os serviços indicados no Planejamento Executivo deverão ser realizados mantendo-se sequência lógica de execução, segundo o conceito de encadeamento



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

(começo, meio e fim) de atividades, evitando retrabalho e minimizando transtornos aos usuários do prédio.

### **2.1.6. DIRETRIZES MÍNIMAS PARA FORNECIMENTO DOS INSUMOS:**

2.1.6.1. Todo material empregado na execução do objeto deverá obedecer, minimamente, ao que se segue abaixo:

2.1.6.1.1. Ser novo e de primeiro uso.

2.1.6.1.2. Atender aos requisitos mínimos de desempenho descritos nas revisões mais recentes das normas da ABNT correspondentes ao objeto e nas exigências de certificação do INMETRO, principalmente aqueles materiais de certificação obrigatória (disponíveis no endereço <http://inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>).

2.1.6.1.3. Atender aos critérios ambientais, principalmente quanto à restrição de conter, em sua constituição, substâncias perigosas (por exemplo: chumbo, cromo, cádmio, etc.) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).

2.1.6.1.4. Todo o material utilizado na execução dos serviços deverá ser transportado, manuseado e armazenado com cuidado, respeitando as informações dos fabricantes para tal. O material sujeito a danos por ação da luz, calor, umidade ou chuva deverá ser guardado em ambientes adequados à sua proteção, até o momento de sua utilização.

2.1.6.2. À CMBH reserva-se o direito de recusar todo material e serviço que não estiver de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes dos ajustes necessários para atendimento correrão, exclusivamente, às expensas da CONTRATADA.

2.1.6.3. Será admitida a substituição de material ou equipamento definido nos documentos que deram origem ao serviço, respeitadas as condições descritas abaixo:



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

2.1.6.3.1. A solicitação para substituição deverá ser apresentada formalmente pela CONTRATADA, de maneira prévia à aplicação do material ou à instalação do equipamento.

2.1.6.3.2. A substituição deverá ser aprovada formal e expressamente pela fiscalização da CMBH e pelo profissional habilitado autorizado pela CMBH.

2.1.6.3.3. A substituição somente poderá ocorrer quando o material ou o equipamento proposto apresentar equivalência técnica com as especificações definidas originalmente para o item objeto de substituição. Considera-se equivalência técnica o material ou o equipamento que apresentar similaridade técnica (tipo, função, resistência, estética e apresentação) e tiver sua qualidade reconhecida ou testada.

2.1.6.3.4. Caberá, exclusivamente à CONTRATADA, e às suas expensas, comprovar a equivalência técnica por meio da apresentação de catálogos de fabricantes ou da realização de ensaios e/ou testes providenciados junto a instituições ou fundações, públicas ou privadas, capacitadas para este fim, incluindo, quando for o caso, o devido credenciamento, sendo emitido o laudo decorrente da análise realizada, assinado por profissional habilitado para tal.

2.1.6.3.4.1. A fiscalização poderá coletar amostra de materiais em qualquer fase da execução, sendo obrigatória a substituição daqueles reprovados em ensaios técnicos.

2.1.6.3.5. No caso de não ser mais fabricado algum material ou equipamento especificado, ou os seus similares, a CONTRATADA deverá apresentar proposta de substituição para aprovação da fiscalização, sendo possível, ainda, ocorrer a indicação do seu substituto pela empresa projetista.

2.1.6.3.6. A substituição só poderá ser efetuada mediante expressa autorização da fiscalização, por escrito, sendo objeto de registro no Diário de Obra.

2.1.6.3.7. Todo material rejeitado deverá ser retirado da frente de trabalho em até 10 dias úteis, sem ônus para a CMBH.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

### **2.1.7. DIRETRIZES ADICIONAIS:**

2.1.7.1. A fiscalização da CMBH indicará o local para instalação da área de vivência e da frente de trabalho.

2.1.7.1.1. Deverá ser posicionado e montado de forma a não atrapalhar a logística dos serviços e a não interferir em nenhum outro ambiente da edificação da sede da CMBH.

2.1.7.1.2. A CONTRATADA deverá instalar a área de vivência e a frente de trabalho em conformidade com as exigências dos órgãos públicos, bem como atender às normas cabíveis expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente no que diz respeito à Medicina e Segurança do Trabalhador.

2.1.7.1.3. A CONTRATADA será responsável, até a conclusão dos serviços, pela adequada manutenção, operação, limpeza, vigilância e boa apresentação da área de vivência, da frente de trabalho e de todas as suas instalações. São considerados inclusos nessa responsabilidade, o fornecimento aos seus profissionais de equipamentos de proteção e combate a incêndio, os cuidados higiênicos dos compartimentos sanitários e a conservação dos acessos e dos caminhos de serviços, além de toda sinalização de alerta e de orientação necessária para controle do acesso de pessoas e veículos ao Canteiro. O descumprimento dessas condições acarretará penalidades para a CONTRATADA.

2.1.7.1.4. A CONTRATADA deverá manter disponível na área de vivência e na frente de trabalho, durante todo o período da execução de atividades, cópias dos projetos, das ART's, dos documentos de segurança e saúde do trabalhador e o Diário de Obra, mantendo-os à disposição da fiscalização da CMBH ou de qualquer órgão fiscalizador e de controle externo.

2.1.7.2. Caberá à CONTRATADA disponibilizar, às suas expensas e durante toda a execução dos serviços, o acesso aos arquivos editáveis do Diário de Obra. Cada arquivo deverá conter os dados da empresa, de seus responsáveis técnicos e do contrato.

2.1.7.2.1. No Diário de Obra deverão ser feitos, diariamente, registros de informações sobre o andamento das atividades, tais como: data, quantidade de dias





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

acumulados desde o início da execução dos serviços, situação das atividades em relação ao cronograma previsto, relação de profissionais alocados, máquinas e equipamentos disponíveis, condições meteorológicas, serviços executados, ocorrências e outros fatos relacionados aos serviços, além de decisões tomadas em conjunto com a fiscalização da CMBH.

2.1.7.2.2. A CONTRATADA deverá encaminhar semanalmente à fiscalização da CMBH, por meio eletrônico, a versão consolidada do Diário de Obra referente ao período, para fins de conferência e assinatura. O Diário de Obra deverá ser assinado, de forma semanal, pelo Responsável Técnico e pela fiscalização da CMBH, após análise e aprovação pela referida fiscalização.

2.1.7.2.3. A equipe de fiscalização da CMBH poderá fornecer arquivo modelo do Diário de Obra para ser utilizado pela CONTRATADA. Caso a CONTRATADA utilize um modelo próprio, ele deverá ser aprovado pela CMBH antes do início da execução dos serviços.

2.1.7.2.4. A equipe de fiscalização, antes da aprovação e assinatura do documento, poderá solicitar alterações e correções no preenchimento do Diário de obras feito pela CONTRATADA. A recusa em proceder às alterações ou a reincidência na ocorrência de erros e inconsistências semelhantes no preenchimento poderá acarretar penalidades contratuais para a CONTRATADA.

2.1.7.3. A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização CMBH, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes do início da execução dos serviços, a seguinte documentação:

- a. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).
- b. Certificado de Treinamento Introdutório de, no mínimo, 6 (seis) horas em atendimento aos princípios e disposições do item 18.28.2 da NR 18 destinados a todos os profissionais alocados na execução dos serviços.
- c. Cópias das Fichas de Distribuição de Equipamento de Proteção Individual, devidamente preenchida e assinada pelos empregados alocados na execução dos serviços.
- d. Cópia de registro de todos os empregados alocados na execução dos





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

serviços ou outros documentos idôneos a comprovar o vínculo com a CONTRATADA.

e. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) com os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) dos funcionários da execução dos serviços.

f. Cópias das ordens de serviço sobre segurança e medicina do trabalho entregue aos empregados da CONTRATADA alocados na execução dos serviços, em respeito à previsão expressa na letra “b” do item 1.7 da NR-1.

2.1.7.3.1. A CONTRATADA deverá ainda observar as seguintes diretrizes:

a. A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas às atividades da CONTRATADA, observadas as leis vigentes, principalmente, daquelas referentes ao uso e guarda de ferramentas e à aproximação de pessoas estranhas.

b. A CONTRATADA deverá fornecer a seus profissionais todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, em conformidade com a natureza dos serviços a serem executados. Além destes itens, deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA dispositivos de sinalização e de iluminação que mantenham afastados do local de execução pessoas alheias ao trabalho.

c. A CONTRATADA deverá manter organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações da área de vivência e da frente de trabalho, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

d. A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, evitando a obstrução de portas e saídas de emergência e o impedimento de acesso aos equipamentos de combate a incêndio.

e. A CONTRATADA deverá manter na área de vivência e na frente de trabalho os equipamentos de proteção contra incêndio e, quando for o caso, manter brigada



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

de combate a incêndio, na forma das disposições vigentes.

f. Caberá à CONTRATADA comunicar à fiscalização da CMBH e às autoridades competentes, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.

g. Não se considera cumprida a obrigação do item anterior caso a comunicação seja feita a outros órgãos da CMBH que não sejam a SECENG (responsável pela gestão e fiscalização do contrato).

h. A CONTRATADA deverá manter na área de vivência e na frente de trabalho medicamentos básicos e pessoal orientado para prestação dos primeiros socorros em casos de acidentes que ocorram durante a execução dos trabalhos, nos termos da NR 18.

i. A CONTRATADA deverá elaborar um plano de emergência com os procedimentos que deverão ser seguidos para os primeiros socorros em caso de acidentes de trabalho. O plano deverá descrever ações, recursos e responsáveis por comunicar acidentes e prestar os primeiros socorros, bem como providências para encaminhamento à rede de atendimento médico;

j. Caberá à CONTRATADA manter controle da entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como da ordem e disciplina em todas as dependências da área de vivência e frente de trabalho.

k. A CONTRATADA deverá assegurar que todas as medidas adotadas estejam em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislações aplicáveis, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por eventuais omissões, falhas ou descumprimentos dessas obrigações.

l. Caberá integralmente à CONTRATADA a avaliação, elaboração, implementação e custeio de todas as medidas e documentos relacionados à segurança do trabalho necessários à execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: análise de risco, Permissão de Trabalho em Altura (PTA), sistemas de ancoragem, projetos específicos de segurança, laudos técnicos e ensaios exigidos pelas normas vigentes.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

I. A fiscalização da CMBH disponibilizará um ponto de energia para utilização durante a execução dos serviços. A partir desse ponto, caberá à CONTRATADA providenciar todas as instalações elétricas necessárias para a iluminação provisória da frente de trabalho, bem como para o fornecimento de energia a ferramentas e equipamentos utilizados nos serviços.

2.1.7.3.2. A fiscalização da CMBH poderá realizar inspeções periódicas na área de vivência e na frente de trabalho a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação de equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

2.1.7.3.3. A CONTRATADA será responsável por todo e qualquer dano causado por acidentes de trabalho na realização dos serviços, especialmente onde for comprovada negligência, imperícia e não observância das Normas de Segurança pertinentes.

2.1.7.3.4. A fiscalização da CMBH poderá ordenar a paralisação dos serviços que não atendam às exigências de segurança exigidas neste Termo de Referência.

2.1.7.4. Todos os resíduos gerados em decorrência da execução dos serviços deverão ser recolhidos diariamente e armazenados em recipiente próprio, cobertos com tampa própria ou lona que permita o perfeito escoamento das águas da chuva, até o seu descarte final.

2.1.7.4.1. Os materiais que, a critério da fiscalização da CMBH, não tiverem condições de reaproveitamento serão considerados entulhos e, posteriormente, deverão ser removidos, pela CONTRATADA, para local adequado fora da CMBH, estando este em conformidade com as normas vigentes dos órgãos ambientais.

2.1.7.4.2. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas clandestinas de “bota fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

2.1.7.4.3. Os locais da execução dos serviços deverão ser entregues em perfeito



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

estado de limpeza e de conservação, com todas as instalações e equipamentos totalmente limpos e isentos de entulhos, manchas de tinta ou de argamassa.

2.1.7.4.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a CONTRATADA deverá comprovar, sob pena de multa (Lei 10.522/2012), que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, apresentando o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e o Certificado de Destinação Final (CDF) para a fiscalização da CMBH.

2.1.7.5. A CONTRATADA se compromete a elaborar e entregar para a CMBH o projeto “COMO CONSTRUÍDO” (“AS BUILT”) na ocasião da última medição. O serviço consiste na atualização gráfica e textual do projeto executivo, indicando todas as modificações porventura ocorridas na execução das atividades e que foram registradas no Diário de Obra.

2.1.7.5.1. Deverá fornecer os certificados de garantia dos fabricantes de materiais que foram utilizados bem como o contato dos fornecedores e prestadores de serviço.

2.1.7.6. A CMBH, por meio da Seção de Manutenção, realizará vistoria nas copas, banheiros e no sistema hidráulico e emitirá um laudo sobre o estado dessas instalações, que será fornecido à empresa. Qualquer eventual dano ocorrido, durante a execução dos serviços, às redes existentes (água, esgoto, energia, telefonia, dados), será de responsabilidade integral da CONTRATADA e deverá ser reparado em até 24h às suas expensas.

2.1.7.7. É vedada a interrupção total do passeio público sem a devida sinalização e rotas alternativas, em conformidade com as normas vigentes.

2.1.7.7.1. A CONTRATADA deverá indicar sinalização e interferências viárias antes do início dos serviços, contemplando a manutenção do fluxo seguro de pedestres e veículos.

2.1.7.7.2. A CONTRATADA deverá manter em perfeito estado de conservação toda a sinalização de segurança da frente de trabalho (cones, faixas, tapumes, placas informativas, etc.), sob pena de suspensão dos serviços até a regularização.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

2.1.7.8. O não cumprimento das normas de segurança implicará a imediata paralisação das atividades, sem direito à prorrogação do prazo contratual.

### **2.1.8. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

#### **2.1.8.1. Cronograma Físico-Financeiro:**

2.1.8.1.1. O Cronograma Físico-Financeiro estabelece o prazo máximo para que a CONTRATADA conclua cada etapa da execução dos serviços, estabelecendo as metas mínimas mensais. Porém, não impede o adiantamento de etapas, se for possível à CONTRATADA. Neste caso, serão pagos os serviços efetivamente das etapas efetivamente concluídas, respeitando os valores individuais de cada etapa estabelecidos no eventograma, desde que:

a) o adiantamento de serviços não ocorra em prejuízo das etapas anteriores do projeto;

b) seja resguardado na última medição o percentual mínimo de 10% do contrato, nos termos do item 2.1.8.2.10.

2.1.8.1.2. Os prazos e os percentuais apresentados no Cronograma Físico-Financeiro foram definidos em função da quantidade e da complexidade dos serviços a serem executados pela CONTRATADA em cada etapa. Os percentuais serão aplicados sobre o valor global expresso para cada item apresentado na proposta comercial da CONTRATADA.

2.1.8.1.3. O atraso injustificado na execução dos serviços irá acarretar penalidades, que serão progressivamente maiores de acordo com o atraso verificado.

2.1.8.1.4. O descumprimento de prazos sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei nº 14133/2021, sem prejuízo da rescisão contratual.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

### 2.1.8.2. Medição e Pagamento:

2.1.8.2.1. Por se tratar de contrato na modalidade de empreitada por preço global, os pagamentos serão realizados com base no eventograma, conforme previsto no Art. 46, §9º da Lei nº 14.133/2021, vinculado ao Cronograma Físico-Financeiro do contrato. Ao término de cada etapa ou evento previsto no eventograma, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação comprobatória da execução, incluindo: planilha de acompanhamento físico-financeiro, memória de cálculo detalhada, laudos e resultados de ensaios ou testes eventualmente realizados, cópias das folhas do Diário de Obra correspondentes ao período, documentos comprobatórios de descarte de resíduos, quando aplicável, e relatório fotográfico atualizado. A liberação de cada pagamento estará condicionada à verificação e aprovação, pela fiscalização da CMBH, da conformidade dos serviços executados com o projeto, o contrato e as normas técnicas vigentes.

a. Caberá à fiscalização da CMBH juntar ao processo de pagamento os documentos apresentados pela CONTRATADA referentes à medição e relevantes para comprovação dos serviços executados.

2.1.8.2.2. A etapa será considerada efetivamente concluída quando todas as atividades previstas no Eventograma estiverem concluídas.

2.1.8.2.3. A CONTRATADA deverá seguir estritamente o cronograma estabelecido. Em caso de qualquer atraso justificável, a CONTRATADA deve informar imediatamente à fiscalização, fornecendo uma previsão clara do impacto no cronograma original. Deve também indicar a possibilidade de retomar o cronograma inicial ou, se necessário, submeter um novo cronograma atualizado. O não cumprimento dessas diretrizes resultará na aplicação das penalidades cabíveis.

a. Alterações na ordem de execução dos serviços poderão ser acordadas entre a CONTRATADA e a fiscalização da CMBH, desde que não prejudique a execução do objeto contratual.

2.1.8.2.4. A fiscalização da CMBH terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para sua aprovação ou rejeição, total





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

ou parcial. Na ocorrência da rejeição, a fiscalização da CMBH informará as alterações, as modificações e/ou os ajustes necessários que deverão ser providenciados pela CONTRATADA, cabendo-lhe realizá-los às suas expensas. Aprovados os ajustes, a fiscalização da CMBH emitirá o Termo de Aceite referente à etapa.

a. CONTRATADA deverá fornecer documentação comprobatória dos quantitativos executados, seja planilhas de cálculos, projetos, notas fiscais ou outros documentos pertinentes, de forma subsidiar a verificação por parte da fiscalização da CMBH. Caso a documentação fornecida não seja suficiente para a análise, a equipe de fiscalização poderá solicitar novas comprovações, hipótese em que o prazo de 10 (dez) dias úteis para análise será reiniciado a partir da data de recebimento dos novos documentos.

2.1.8.2.5. Demonstrada a viabilidade física e técnica do fracionamento da execução de algum evento, excepcionalmente e em acordo com o fiscal do serviço, a sua conclusão poderá também ser considerada fracionada para o bom andamento da execução dos serviços e para possibilitar seu pagamento fracionado de acordo com o executado.

2.1.8.2.6. Após a aprovação da medição, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal no valor correspondente à medição aprovada, conforme previsto no Cronograma-Físico-Financeiro.

2.1.8.2.7. A aprovação da medição prévia e a consequente emissão do Termo de Aceite referente à etapa concluída não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades contratuais e legais, nem implica em aceitação definitiva das atividades executadas.

2.1.8.2.8. A cada pagamento posterior à primeira parcela, a CONTRATADA deverá apresentar à CMBH, cópia autenticada das guias de recolhimento dos encargos sociais (INSS, FGTS, PIS e outros), do pessoal alocado para a execução dos serviços, sob pena de retenção dos valores referentes a tais encargos até a regularização da pendência verificada.

2.1.8.2.9. O pagamento será efetuado conforme condições expressas no campo 4.4 deste Termo de Referência e após a emissão do Termo de Aceite pela CMBH



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

dos serviços constantes na respectiva nota fiscal.

2.1.8.2.10. O pagamento da última nota fiscal será condicionado à emissão do Termo de Recebimento Provisório do objeto e a apresentação do Projeto *As Built* fornecido pela CONTRATADA, conforme os termos do contrato, e o montante referente a essa última medição não será inferior a 10% (dez por cento) do valor contratual total.

2.1.8.2.11. Em hipótese alguma, a CMBH efetuará pagamento de serviços não executados ou não aprovados. Somente serão pagos os serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, avaliados e atestados pela fiscalização no percentual equivalente à etapa do Eventograma associado aos valores do Cronograma Físico-Financeiro.

2.1.8.2.12. Não serão considerados para medição os serviços executados fora das especificações técnicas, sem prévia autorização ou em desacordo com os documentos que subsidiam o objeto contratual. 2.1.8.2.13. Serviços ocultos deverão ser comunicados previamente à fiscalização com, no mínimo, 24h de antecedência, sob pena de não serem medidos.

### 2.1.8.3. Recebimento Provisório e Definitivo:

2.1.8.3.1. Será única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a correção de todas as irregularidades apontadas pela fiscalização da CMBH.

2.1.8.3.2. Quando os serviços contratados forem totalmente concluídos pela CONTRATADA, esta deverá apresentar comunicação formal escrita informando o fato à fiscalização da CMBH para fins de conferência final e emissão do respectivo Termo de Recebimento Provisório.

2.1.8.3.3. A fiscalização da CMBH, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais, acompanhados do Responsável Técnico e do encarregado da empresa, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os ajustes e revisões finais que se fizerem necessários.

a. Caso seja identificada qualquer inconsistência durante a inspeção, o prazo será reiniciado para uma nova inspeção, que também será realizada no prazo





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

máximo de até 5 (cinco) dias úteis, até que todas as adequações e revisões sejam concluídas.

2.1.8.3.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto ou o equipamento em que for verificado vícios, defeitos ou incorreções resultantes de serviços executados ou de materiais aplicados por ela, cabendo à fiscalização não atestar a última medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas na inspeção.

a. Qualquer falha de percepção por parte da fiscalização da CMBH em eventuais erros constatados na execução dos serviços não exime a CONTRATADA da responsabilidade de realizar as devidas correções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

b. A CONTRATADA responderá integralmente por retrabalhos decorrentes de má execução, erro de projeto não informado anteriormente ou descumprimento de normas técnicas.

2.1.8.3.5. Após a inspeção e aprovação por parte da fiscalização da CMBH, será emitido o Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pela fiscalização.

a. O Termo de Recebimento Provisório poderá ser emitido mesmo havendo pendências a serem corrigidas pela CONTRATADA, desde que estas não coloquem em risco as instalações da CMBH.

b. Compete exclusivamente à fiscalização da CMBH avaliar a possibilidade de emissão do Termo de Recebimento Provisório na hipótese descrita na letra a deste item 2.1.8.3.5.

2.1.8.3.6. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido pela fiscalização da CMBH no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a formalização da comunicação por parte da CONTRATADA, desde que todas as exigências levantadas no Termo de Recebimento Provisório tenham sido devidamente atendidas. 2.1.8.3.7. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas por força das



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

disposições legais vigentes.

### **2.1.9. PROPOSTA COMERCIAL:**

2.1.9.1. A licitante deverá apresentar sua proposta exclusivamente em formulário modelo fornecido pela CMBH, no qual informe a porcentagem de desconto sobre o preço máximo estimado pela CMBH, conforme § 2º do art. 34 da Lei 14.133/2021.

2.1.9.2. A licitante deverá apresentar a planilha de maneira detalhada e observar os percentuais referentes aos custos indiretos (BDI) para execução completa dos serviços. Poderão ser apresentados percentuais para os itens componentes de BDI que melhor convier à licitante, desde que observados os limites máximos estabelecidos para esta contratação e o disposto no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União.

2.1.9.2.1 Para fins de eventuais aditivos contratuais ou quaisquer revisões posteriores, será adotado como referência o menor percentual de BDI entre:

I – o BDI constante da proposta comercial vencedora; e

II – o BDI considerado no orçamento estimativo da Administração.

a. Em qualquer hipótese, o percentual de BDI adotado deverá respeitar os limites máximos estabelecidos no Acórdão nº 2622/2013 do Tribunal de Contas da União.

2.1.9.3. Considerando que o art. 9º e art. 25 da Lei nº. 8.725/03 e o art. 118 do Decreto Municipal nº 17.174/19 determina a exclusão da base de cálculo do ISS do valor do material fornecido pelo prestador do serviço na execução da obra ou serviço de construção civil até o limite de 30% do valor total da fatura, os valores referentes ao material deverão ser discriminados no documento fiscal. Para fins do cálculo final da alíquota desse tributo, o percentual de 5,00% (cinco por cento) adotado como referência pela CMBH no BDI foi multiplicado pelo fator 70%, resultando no percentual final de 3,50% a ser aplicado sobre o valor da fatura apresentada.

2.1.9.4. Qualquer item ou custo, direto ou indireto, relativo aos serviços que integram este Termo de Referência que não tenha sido previsto pela licitante em sua proposta



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

comercial será considerado embutido nos percentuais referentes às despesas financeiras e ao lucro da empresa.

### **2.1.10. GARANTIA:**

2.1.10.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia mínima de 5 (cinco) anos sobre os serviços executados, materiais utilizados e equipamentos instalados. A contagem do prazo de garantia será iniciada no primeiro dia útil subsequente à data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

2.1.10.2. Durante este período, a CONTRATADA deverá prestar assistência técnica sem nenhum ônus para a CMBH se constatada falha ou vício construtivo nos serviços realizados, nos materiais aplicados e nos equipamentos instalados, cabendo à CMBH o acionamento da CONTRATADA para cumprimento da garantia.

2.1.10.3. Na hipótese do item 2.1.10.2, a CONTRATADA deverá, no prazo máximo estipulado pela CMBH, enviar profissional técnico com capacidade e conhecimento suficientes para avaliação do problema. No prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data da avaliação do problema, o profissional deverá emitir documento técnico relatando o ocorrido e apontando as providências corretivas necessárias, cabendo à CONTRATADA iniciar a solução do problema em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão do referido documento.

2.1.10.4. Será facultado à fiscalização da CMBH conceder prazo adicional em atendimento a pedido apresentado pela CONTRATADA desde que devidamente justificado.

### **2.1.11. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

2.1.11.1. Manter os locais de prestação dos serviços organizados tanto pelo aspecto técnico como administrativo de modo a conduzi-la de forma eficaz e eficiente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência e dentro do prazo total determinado.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

2.1.11.2. Manter os locais dos serviços sempre limpos, com remoção diária de entulhos e depósito adequado, observadas as condições de segurança, higiene e disciplina.

2.1.11.3. Ao final de cada turno de trabalho, a CONTRATADA deverá sinalizar adequadamente quaisquer obstáculos ou riscos existentes aos pedestres, bem como isolar e proteger eventuais buracos, desníveis ou interferências no passeio, de modo a prevenir acidentes e garantir a segurança dos transeuntes.

2.1.11.4. A CONTRATADA deverá comprovar, quando solicitado, o destino final dos resíduos. É vedado o depósito de entulhos nas dependências da CMBH ou em locais não autorizados.

2.1.11.5. Respeitar todas as disposições e especificações para materiais, serviços e equipamentos definidos e constantes nos projetos e no memorial descritivo. A CONTRATADA, deverá apresentar, sempre que solicitado, fichas técnicas, certificados de conformidade, notas fiscais e laudos de ensaios. Materiais sujeitos a certificação deverão ser comprovados por documentos válidos.

2.1.11.6. Comunicar, antes do início dos serviços, à fiscalização em caso de constatação de inconsistências ou inconformidades entre os documentos que norteiam essa contratação.

2.1.11.7. Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e com as especificações constantes neste Termo de Referência e em seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção durante todo o período de garantia ou a qualquer tempo se constatado pela fiscalização da CMBH.

2.1.11.8. Comunicar à fiscalização da CMBH, de forma imediata, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços ou que possam atrasar ou impedir a conclusão dos serviços dentro dos prazos definidos, incluindo mudanças na Equipe Técnica.

2.1.11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da CMBH ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, acesso ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

2.1.11.10. Paralisar, por determinação da fiscalização da CMBH, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou das instalações da CMBH. A paralisação ordenada pela fiscalização não gerará direito à prorrogação de prazo, salvo quando expressamente reconhecida pela fiscalização.

2.1.11.11. Responsabilizar-se integralmente pelas providências e pagamentos referentes aos encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais resultantes da execução do contrato, mantendo regularidade durante toda a vigência contratual.

2.1.11.12. Responder pelo pagamento de salários devidos aos profissionais alocados, bem como pelos registros e outras obrigações inerentes à execução dos serviços contratados.

2.1.11.13. Fornecer todos os materiais, equipamentos, inclusive EPI's e EPC's, máquinas e ferramentas em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas à execução dos serviços e em conformidade com as recomendações previstas pelas normas e legislação vigente, além de promover a guarda e a manutenção dos mesmos.

2.1.11.14. Responder, integralmente, por qualquer prejuízo ou dano causado diretamente às instalações da CMBH ou a terceiros, provocado por profissional, direta ou indiretamente a ela vinculado, em razão de culpa ou dolo na execução do objeto, assumindo os ônus decorrentes.

2.1.11.14.1. A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas e em prazo imediato, os reparos necessários, bem como indenizar a CMBH, em razão do dano ou prejuízo causado.

2.1.11.15. Não transferir a terceiros a responsabilidade assumida com a assinatura do contrato, assumindo perante a CMBH a integral responsabilidade pela execução do contrato, independentemente do tipo de vínculo entre a CONTRATADA e seus prestadores de serviços, seus fornecedores, seus profissionais e seus empregados.

2.1.11.16. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação. Qualquer alteração na situação de habilitação deverá ser comunicada de imediato à fiscalização.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

2.1.11.17. Guardar sigilo, não transmitir e não ceder a terceiros todo e qualquer dado, documento ou informação fornecidos ou obtidos em decorrência da prestação dos serviços, bem como não utilizar o nome da CMBH na divulgação dos serviços da empresa, exceto, neste último caso, mediante autorização expressa da CMBH.

2.1.11.18. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CMBH, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços.

2.1.11.19. Substituir qualquer profissional que não apresente as condições exigidas para desempenho das funções, sejam elas de ordem técnica ou comportamental.

2.1.11.19.1. Consideram-se condições técnicas inadequadas, entre outras:

- a. Desconhecimento comprovado das técnicas, normas ou procedimentos necessários à execução das atividades sob sua responsabilidade;
- b. Reincidência em erros de execução, mesmo após orientação formal da fiscalização;
- c. Incapacidade de operar corretamente equipamentos, ferramentas ou materiais relacionados à função desempenhada;
- d. Execução de serviços em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou padrões de qualidade exigidos;
- e. Descumprimento de prazos ou cronogramas em razão de falhas técnicas atribuíveis ao profissional.

2.1.11.19.2. Consideram-se condições comportamentais inadequadas, entre outras:

- a. Desrespeito às normas internas de conduta, segurança e convivência estabelecidas pela CMBH ou pela contratada;
- b. Comportamento agressivo, ofensivo ou desrespeitoso em relação a colegas de trabalho, representantes da Administração ou terceiros;



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

c. Uso de linguagem imprópria, atitudes que atentem contra a urbanidade ou condutas discriminatórias;

d. Recusa injustificada em cumprir orientações técnicas, ordens de serviço ou determinações da fiscalização;

e. Conduta reiterada que gere conflitos interpessoais ou comprometa o bom andamento dos serviços;

f. Comparecimento ao serviço sob efeito de álcool ou substâncias ilícitas, ou em condições que comprometam a segurança pessoal e coletiva.

2.1.11.20. Cumprir o prazo total estipulado para desenvolvimento de cada etapa e para entrega final dos serviços contratados.

2.1.11.21. Participar de reuniões semanais para tratar de assuntos pertinentes ao contrato e ao andamento das atividades. A CONTRATADA deverá encaminhar, em até 2 (dois) dias úteis após cada reunião, plano de ação para tratamento de pendências assumidas.

### **2.1.12. SÃO OBRIGAÇÕES DA CMBH:**

2.1.12.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidores especificamente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

a. A equipe de fiscalização emitirá quinzenalmente relatório sobre a execução dos serviços pela CONTRATADA.

2.1.12.2. Emitir a Ordem de Início de Serviços, o Termo de Recebimento Provisório e o Termo de Recebimento Definitivo, além de atestar a realização dos serviços para pagamento das notas fiscais referentes aos serviços executados.

2.1.12.3. Garantir acesso aos locais de execução dos serviços pelos profissionais da CONTRATADA.

2.1.12.4. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

que acarrete a interrupção da execução do objeto.

2.1.12.5. Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições e preços contratados, respeitando os percentuais definidos no Cronograma Físico-Financeiro.

2.1.12.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, fixando prazo razoável para adoção de medidas corretivas necessárias.

2.1.12.7. Fornecer, a título de empréstimo, projetos (físicos ou eletrônicos) e outras informações e documentos que tiver sob sua guarda e que tenham relação com a execução dos serviços contratados.

2.1.12.8. Proceder ao rigoroso controle da prestação dos serviços contratados, aplicando as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

2.1.12.9. Zelar e exigir o cumprimento fiel, durante toda a vigência contratual, de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as condições de habilitação, com a qualificação exigida na licitação, com as cláusulas contratuais e com os termos de sua proposta.

2.1.12.10. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA desempenhe seus serviços em conformidade com as determinações deste Termo de Referência e seus anexos.

2.1.12.11. Realizar reuniões semanais para tratar de assuntos pertinentes ao contrato e ao andamento das atividades, devendo estar presentes o Responsável Técnico e o Encarregado da CONTRATADA, a fim de garantir o adequado alinhamento dos objetivos, a tomada de decisões e o acompanhamento efetivo das atividades em execução.

2.1.12.12. Fornecimento de energia elétrica no ponto de entrega mais próximo possível da área de execução dos serviços. Contudo, caberá à CONTRATADA, sob sua exclusiva responsabilidade, realizar todas as ligações, extensões, instalações provisórias e manutenções necessárias para conduzir a energia elétrica do ponto disponibilizado pela CONTRATANTE até os locais de efetiva utilização, observando





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

integralmente as normas técnicas, de segurança e de fiscalização vigentes.

### **2.1.13. PENALIDADES**

2.1.13.1. O descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA sujeitará a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência, observando-se o disposto nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais cabíveis.

2.1.13.2. Advertência: Será aplicada por escrito quando a CONTRATADA incorrer em faltas leves ou de caráter corretivo, que não causem prejuízo direto à execução do objeto, mas demonstrem descumprimento de normas contratuais, técnicas ou administrativas.

2.1.13.3. Multa: Poderá ser aplicada cumulativamente às demais penalidades, nas seguintes hipóteses e valores máximos:

- a) Atraso injustificado na execução de etapas do cronograma/eventograma: multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- b) Descumprimento de normas técnicas ou das normas de segurança: multa de até 5% (cinco por cento) do valor contratual;
- c) Inexecução parcial do objeto: multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- d) Inexecução total do contrato: multa de até 20% (vinte por cento) do valor contratual.

2.1.13.4. Impedimento de licitar e contratar: será aplicada ao responsável pelas infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

2.1.13.5. Declaração de inidoneidade: A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando praticar atos ilícitos que causem grave prejuízo à execução contratual ou ao erário, conforme art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.13.6. Outras sanções cabíveis: Além das penalidades anteriores, poderão ser aplicadas:

- a) Rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Execução da garantia contratual, quando existente;
- c) Cobrança de indenização por perdas e danos decorrentes de atraso, paralisação injustificada ou má execução dos serviços.

2.1.13.7. Procedimento: A aplicação das penalidades observará o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação prévia à CONTRATADA para apresentação de justificativas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

### 2.2. Possibilidade de subcontratação:

**(X)** Não.

### 2.3. Haverá necessidade de exigência de garantia contratual para assegurar o adimplemento e fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA?

**(x )** Sim. Percentual da garantia e justificativa:

2.3.1. Será exigida garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3.2. A garantia contratual visa assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a correção de eventuais vícios e defeitos, danos decorrentes da inexecução do objeto, e ainda garantir a indenização por outros prejuízos, direta ou indiretamente causados, por culpa ou dolo por profissionais vinculados à



## TERMO DE REFERÊNCIA- SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

CONTRATADA. Em obras públicas, mesmo de pequeno porte, há riscos concretos que justificam a existência de mecanismo financeiro capaz de respaldar a Administração na execução de medidas corretivas.

2.3.3. A garantia deverá abranger período desde a assinatura do contrato até 90 (noventa) dias após a conclusão dos serviços contratados, quando será liberada ou restituída, nos termos da Lei e em observância às demais disposições contratuais, em especial quanto à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

### 3 - VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E INDICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO

**3.1. O início da vigência da presente contratação está previsto:**

(X) para a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

**3.2. A duração da vigência será:**

(X) Pelo seguinte número de meses: 12 meses

**3.3. Em caso de vigência superior a 12 meses, justificar a vantajosidade da contratação pelo período solicitado:**

**3.4. Possibilidade de prorrogação:**

(X) Sim, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

### 4 - EXECUÇÃO CONTRATUAL

**4.1. A gestão da contratação será atribuída ao titular do seguinte setor: Seção de Engenharia (SECENG).**

**4.2. Em razão da natureza do objeto a fiscalização:**

( X ) Engenheiro do quadro de efetivos da CMBH.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

**4.3. O modelo de gestão e fiscalização da contratação consiste na análise do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações estipuladas nos itens 2.1.1. a 2.1.12.11 deste Termo de Referência.**

4.3.1 - A fiscalização será responsável pelo controle, acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços contratados.

4.3.2 - A CMBH poderá contratar profissionais ou empresas especializadas para auxiliar a fiscalização.

4.3.3 - A fiscalização será exercida no interesse da CMBH, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público, de seus agentes ou de prepostos.

4.3.4 - A fiscalização da CMBH se reserva o direito de rejeitar no todo, ou em parte, o objeto contratado, se em desacordo com as especificações e as condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

4.3.5 - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para a CMBH.

4.3.6 - A fiscalização contratual consistirá na análise da compatibilidade da prestação dos serviços, das técnicas utilizadas e dos equipamentos empregados com as previsões contidas nas normas técnicas e diretrizes relativas ao objeto.

4.3.7 - O fiscal promoverá o registro das ocorrências verificadas durante a execução contratual, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e dando ciência ao gestor, conforme o caso.

### **4.4. O faturamento será realizado:**

**(X)** Da seguinte forma:

4.4.1 O faturamento será realizado por medição de itens executados, conforme



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

previsto no orçamento e no cronograma físico-financeiro. Dessa forma, os pagamentos e os faturamentos serão feitos conforme a adequação ao projeto e orçamento.

4.4.2. Os pagamentos serão realizados respeitando a medição realizada e o ateste dos serviços executados, garantindo razoabilidade financeira entre o desenvolvimento físico do trabalho e a mobilização de recursos financeiros necessários para o adequado e efetivo andamento dos trabalhos previstos.

4.4.3. A CMBH não efetuará o pagamento de bens, de equipamentos e de materiais não instalados e, em nenhuma hipótese, fará pagamento de serviços não realizados. O pagamento à CONTRATADA estará condicionado à aceitação dos serviços prestados e à emissão, para cada medição do respectivo Termo de Aceite pela CMBH.

4.4.4. A liquidação da despesa, para cada medição, somente será feita com o reconhecimento formal pelo gestor do contrato de que a execução do objeto se deu de forma efetiva, satisfatória e atendendo a todas as condições contratuais.

4.4.5. O pagamento realizado pela CMBH não dispensa a CONTRATADA de reparar toda e qualquer falha que se apurar na execução do objeto, nem excluirá as responsabilidades de que tratam a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Código de Defesa do Consumidor, tudo dentro dos prazos legais pertinentes.

4.4.6. O pagamento efetuado não implicará, ainda, reconhecimento pela CMBH de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações que lhe são devidas em decorrência da execução do objeto, nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações da contratação.

4.4.7. Independentemente da liquidação e do pagamento de qualquer despesa do contrato, a CONTRATADA deverá, nos prazos legais, promover as diligências necessárias e proceder aos recolhimentos e pagamentos de todos os tributos, encargos e contribuições de sua responsabilidade. Caso a CMBH tenha que realizar algum procedimento dessa natureza, ela poderá promover, observados os procedimentos legais pertinentes, o respectivo ressarcimento por meio de retenção de créditos da CONTRATADA, da garantia prestada ou de medida judicial



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

apropriada, a critério da CMBH.

4.4.8. Os pagamentos serão efetuados em favor da CONTRATADA por meio de depósito bancário ou por outro meio que vier a ser definido pela CMBH após o ateste do gestor do contrato e mediante a entrega da correspondente nota fiscal, corretamente preenchida, à Divisão de Gestão Financeira da CMBH.

4.4.8.1. A nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente com as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções trabalhistas.

### 4.5. O reajuste do contrato terá como referência:

**(X)** Índice setorial específico, que será: **INCC - Índice Nacional da Construção Civil**, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano contado a partir da data do orçamento de referência elaborado pela Administração.

4.5.1. Trata-se de índice setorial específico para o mercado objeto do presente contrato, logo sua utilização garante melhor atualização dos preços contratados, já que é definido por sua capacidade de monitorar a evolução dos preços de materiais, serviços e mão de obra destinados à construção no Brasil.

**4.6. O serviço deverá ser iniciado no seguinte prazo:** a contar da solicitação formal da CMBH: 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de entrega do relatório técnico detalhado elaborado pela CONTRATADA.

### 4.7. O serviço deverá ser prestado:

**(X)** No seguinte prazo, a contar do início da prestação: 12 (doze) meses, conforme cronograma de execução em anexo.

**4.8. A prestação do(s) serviço(s) pela CONTRATADA ocorrerá, sem quaisquer ônus adicionais para a CMBH, no seguinte endereço:**

Sede da CMBH, localizada na Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

### 5 - FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte, construída no final da década de 1980, consolidou-se como um marco arquitetônico e institucional da capital mineira. Entretanto, assim como sua infraestrutura predial passou a demandar modernização ao longo do tempo, também o espaço público que circunda a edificação vem apresentando sinais de desgaste, inadequação às normas vigentes e dificuldades de atender às exigências contemporâneas de acessibilidade, conforto urbano e segurança. A calçada do entorno, que compreende as ruas Expedicionário Nilo Seabra, Marginal da Avenida dos Andradas, Tenente Anastácio de Moura e Avenida Churchill, encontra-se em condições que não atendem plenamente às demandas atuais da população que diariamente transita pela região, seja em deslocamentos funcionais vinculados às atividades legislativas, seja como parte do fluxo intenso de pedestres que utilizam o espaço urbano adjacente. As fotos abaixo demonstram a situação atual das calçadas, que se apresentam com diversas rachaduras, desníveis e comprometem a segurança dos pedestres.





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021



As intervenções propostas buscam corrigir deficiências acumuladas ao longo dos anos e garantir que o passeio público atenda às diretrizes normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como ao padrão de passeios estabelecido pela Prefeitura de Belo Horizonte, especialmente em relação à acessibilidade universal, inclinações adequadas, implantação de piso tátil direcional e de alerta, e adequação da drenagem pluvial. Atualmente, o revestimento e os elementos construtivos da calçada apresentam desgaste natural pelo tempo de uso e por intervenções pontuais de manutenção, o que compromete a durabilidade, a funcionalidade e a segurança dos pedestres, além de gerar custos recorrentes de reparo sem solução definitiva.

A execução dos serviços contempla a substituição integral do piso existente por novas camadas estruturadas de concreto, devidamente niveladas e compactadas, garantindo maior resistência mecânica e durabilidade. Além disso, serão implantadas juntas de dilatação, adequações no sistema de drenagem, substituição





## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

de tampas pluviais, implantação de canteiros e instalação de lixeiras padronizadas, melhorando as condições ambientais e urbanísticas do entorno. Com isso, o projeto contribui não apenas para a valorização do patrimônio público, mas também para o fortalecimento da função social do espaço urbano, ao oferecer calçadas seguras, acessíveis e integradas ao desenho da cidade.

É relevante destacar que a revitalização do passeio proporcionará benefícios permanentes à coletividade. A acessibilidade plena permitirá que pessoas com deficiência visual, idosos e cidadãos com mobilidade reduzida possam circular de maneira autônoma e segura. A adequação das inclinações e o nivelamento das superfícies reduzem riscos de acidentes, enquanto a implantação de piso tátil e sinalização viária adequada atende às exigências da legislação vigente e reforça a segurança no trânsito de pedestres e veículos. A padronização e modernização dos elementos construtivos resultam, ainda, em redução de custos futuros com manutenção, já que materiais mais resistentes e técnicas de execução adequadas aumentam a durabilidade da intervenção.

Portanto, as intervenções nas calçadas do entorno da Câmara Municipal de Belo Horizonte não se restringem a um mero reparo estético, mas constitui medida estratégica para a adequação do espaço urbano às normas técnicas, à acessibilidade universal, à sustentabilidade e à valorização do patrimônio público. Trata-se de serviço essencial para o cumprimento da função institucional da CMBH como referência de qualidade urbana e respeito ao cidadão, garantindo segurança, conforto e dignidade aos usuários de suas dependências e à população em geral.

### 6 - DOCUMENTOS ADICIONAIS DE HABILITAÇÃO

☒ Registro de Empresa

☒ Qualificação Técnico-Profissional

☒ Certidão de Falência/Recuperação Judicial



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

☒ (X) Análise de Índices Financeiros

☐ ( ) Outro:

Justificativa(s) e condições para o(s) documento(s) exigido(s):

### 6.1. Registro da empresa:

6.1.1. A licitante deverá comprovar que se encontra regularmente registrada no respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da circunscrição a que estiver vinculada, conforme seu enquadramento.

6.1.2. Na execução contratual, no caso de a CONTRATADA não ser registrada ou inscrita no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Estado de Minas Gerais, ela deverá apresentar documento compatível que comprove sua inscrição junto ao respectivo Conselho de Minas Gerais.

6.1.3. A solicitação de registro da empresa junto ao CREA ou CAU decorre de exigência legal de que os serviços descritos neste documento só podem ser executados por empresa que comprove inscrição e registro no respectivo Conselho Profissional, conforme estabelecido no art. 15 da Lei Federal nº 5.194/1966 e no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021. A comprovação do registro confirma que a empresa está habilitada ao exercício de trabalhos de natureza semelhante àqueles previstos neste documento.

### 6.2. Qualificação Técnico-Profissional:

6.2.1. Apresentação de 1 (um) profissional graduado em engenharia civil ou arquitetura e urbanismo, que será designado como responsável técnico pelo serviço, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de serviço de características semelhantes.

6.2.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a CAT deverá comprovar a execução de serviços de engenharia para manutenção, revitalização e



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

conservação de calçada, com área mínima de 300m<sup>2</sup>, o que equivale a 30% (trinta por cento) da área prevista da contratação, atendendo ao limite máximo de 50% estipulado no Art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021.

6.2.2. O profissional acima indicado deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2.3. Para comprovação do requisito acima, a empresa deverá anexar à Declaração de Indicação de Responsável Técnico documentação comprobatória referente à formação do profissional, podendo ser feita por meio da apresentação de comprovante de registro do profissional junto ao Conselho Profissional equivalente ou por meio de outro documento equivalente que permita atestar a formação do profissional.

6.2.4. A Declaração deverá apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

6.2.4.1. Nome completo do profissional.

6.2.4.2. Título e número do registro do profissional junto ao Conselho Profissional competente.

6.2.4.3. Natureza da relação ou vínculo do profissional com a CONTRATADA, demonstrada por meio da apresentação de um dos seguintes documentos comprobatórios:

a. Contrato social indicando que o profissional é sócio, administrador ou diretor da empresa;

b. Carteira de Trabalho e Previdência Social comprovando o vínculo empregatício.

c. Contrato de Prestação de serviços vigente.

d. Declaração de compromisso de vinculação futura, caso a licitante sagre-se vencedora da licitação.

6.2.5. A exigência da apresentação da CAT encontra amparo no Capítulo II da



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

6.2.6. Para os casos em que a CAT não evidenciar os serviços e os quantitativos executados, a licitante deverá anexar à mesma o Contrato de Prestação de Serviços que deu origem ao documento, exigindo-se, porém, que o Contrato apresente vínculo explícito com o Profissional e que nele possam ser comprovados os serviços e os quantitativos executados.

6.2.7. Ressalta-se que não se está exigindo que a empresa possua, antes mesmo do resultado na licitação, profissionais vinculados aos seus quadros, mas, tão somente, que ela apresente, para exercício futuro, profissionais detentores de qualificação técnica compatível com aquelas exigidas neste documento. Dessa forma, não se pretende gerar custos antecipados, mas assegurar que a CMBH firme contrato com empresa que conte com profissionais que dominem e assegurem as técnicas necessárias para o desenvolvimento dos serviços em conformidade com os projetos e dentro do padrão de qualidade desejado.

### **6.3. Certidão de Falência/Recuperação Judicial e Análise de Índices Financeiros**

6.3.1. A certidão de falência/recuperação judicial e a análise de índices financeiros deverão ser feitas no padrão já adotado pela CMBH para licitações com este tipo de objeto. Trata-se do mínimo necessário para demonstrar a boa saúde financeira das LICITANTES e evidenciar que estão aptas à realização dos serviços contratados, não sendo, portanto, uma exigência excessiva e que possa comprometer a participação das empresas no processo licitatório.

6.3.2. A exigência de tais documentos tem por fito obrigar a LICITANTE a evidenciar sua capacidade de prestar um serviço de porte compatível com o licitado, constituindo resguardo ao interesse público, com amparo na lei de regência. Tal exigência é, ainda, justificada pelo tipo de objeto e pela responsabilidade que a CMBH pode ter em caso de falência da empresa ou na hipótese de a CONTRATADA não honrar seus compromissos.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

### 7 - FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será formalizada por:

**(X)** Instrumento de contrato.

### 8 - DISPOSIÇÕES SOBRE POSSÍVEIS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

**8.1. Em atendimento aos critérios de sustentabilidade, a CONTRATADA deverá, preferencialmente, cumprir os seguintes requisitos:**

8.1.1 Utilizar preferencialmente materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

8.2.1. Gerar empregos, preferencialmente com mão de obra local.

8.2.1.1. Para efeitos de aplicação deste item, considera-se como local da prestação dos serviços o município de Belo Horizonte.

8.3.1. Utilizar materiais e produtos de origem sustentável.

8.4.1 Promover o recolhimento de resíduos de demolição, separá-los e encaminhá-los ao descarte correto em bota-fora legalizado ou para reaproveitamento/reciclagem.

8.5.1 Realizar os serviços minimizando o consumo de energia e de água.

### 9 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

#### 9.1. Visita técnica:

9.1.2. É facultado, porém recomendado, que a empresa interessada em participar do processo de contratação realize visita técnica para fins de conhecimento das condições locais, tendo em vista que se trata de serviço a ser desenvolvido em estruturas e ambientes já existentes, o que poderá influenciar na elaboração e na apresentação de sua proposta comercial. Havendo o interesse, a empresa deverá



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

agendar a visita junto à Seção de Engenharia da CMBH através dos telefones (31) 3555.1125 ou (31) 3555.1371 ou por e-mail utilizando o endereço [seceng@cmbh.mg.gov.br](mailto:seceng@cmbh.mg.gov.br).

9.1.3. Optando pela não realização da visita técnica, será de única e exclusiva responsabilidade da empresa a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da sua omissão, não cabendo posterior justificativa ou transferência de responsabilidade por desconhecimento dos respectivos locais e das condições existentes para execução do objeto.

9.1.4 A visita técnica deverá ocorrer no horário compreendido entre 9:00 e 17:00 horas dos dias úteis (segunda a sexta-feira) e poderá ser realizada por qualquer representante ou preposto da empresa, não sendo necessário que seja realizada pelo próprio responsável técnico. A visita técnica será acompanhada por servidor da área de Engenharia da CMBH, seguindo roteiro pré-estabelecido para conhecimento das instalações.

9.1.5. A realização da visita tem por objetivo:

9.1.5.1 Proporcionar às empresas interessadas em participar da licitação o conhecimento necessário sobre toda infraestrutura e particularidades existentes no local da frente de trabalho, para que, diante da realização de um levantamento minucioso dos serviços que serão executados, possa elaborar suas planilhas de orçamento e de composição de preços unitários com maior segurança.

9.1.5.2 Garantir às empresas interessadas pleno conhecimento das especificações e informações que, pela sua natureza técnica, somente podem ser visualizadas, conhecidas ou obtidas no local.

9.1.5.3 Prevenir a falta de uma definição estratégica e lógica para execução dos serviços que poderia ocasionar entraves para o início.

9.1.5.4 Garantir, na ocasião, que todas as condições locais sejam apresentadas às interessadas de forma que as mesmas possam observar, avaliar e considerar os elementos, quantitativos e outros aspectos que possam ter influência no desenvolvimento dos trabalhos, de modo que não serão aceitas quaisquer solicitações da CONTRATADA durante a execução dos serviços sob o argumento



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados do projeto.

### **9.2. Requisitos da Contratação:**

9.2.1. O modo de disputa adotado para a presente contratação será do tipo fechado/aberto, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei 14.133.

9.2.2. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto apresenta baixa complexidade e pode ser integralmente executado por empresas individualmente capacitadas do ramo. A vedação evita a formação de grupos que reduziriam a competitividade do certame, assegurando ampla participação e maior disputa entre os licitantes.

9.2.3. As cooperativas poderão participar da licitação, desde que atendam integralmente aos requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à comprovação de capacidade técnica e econômica, às condições de habilitação e ao atendimento das exigências específicas aplicáveis às sociedades cooperativas no âmbito das contratações públicas.

9.2.4. O orçamento estimado será divulgado de forma pública, conforme permitido pela Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto apresenta baixa complexidade técnica e não envolve riscos relevantes de manipulação de preços ou comprometimento da competitividade.



## TERMO DE REFERÊNCIA– SERVIÇOS

Base legal: Lei Federal nº 14.133/2021

### 10 - DATA E ASSINATURAS

Belo Horizonte, 12 de março de 2025.

**Área demandante e gestora: Seção de Engenharia/SECENG**

**Diretoria ou equivalente da área demandante: Diretoria de Administração e  
Finanças/DIRAFI**



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DIRAFI  
DIVISÃO DE GESTÃO DE ESTRUTURA E PATRIMÔNIO - DIVGEP  
SEÇÃO DE ENGENHARIA - SECENG

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL -  
(Preencher somente os campos em amarelo)

Razão social:		
Nome fantasia:		
CNPJ:		
Inscr. estadual:		
Inscr. Municipal:		
Endereço:		
CEP:		
Telefone/fax:		
E-mail:		
Contato:		
DADOS BANCÁRIOS		
Banco:		
Agência:		
Conta Corrente:		

Prazo de entrega conforme condições do Termo de Referência.  
A validade desta proposta é de 90 (noventa) dias.  
A presente proposta comercial está de acordo com todas as condições do Termo de Referência.  
Todos os itens da proposta são compostos por transporte, fornecimento e serviços necessários a execução da obra.  
Visita técnica facultativa:  
Declaro conhecer as condições de realização do serviço, bem como o projeto e as instalações existentes e, que tive a oportunidade de realizar visita técnica ao local. Assumo integralmente a responsabilidade por minha proposta, a qual contempla todos os recursos e custos necessários para execução completa do objeto contratado. Desta forma, fica claro que, eventuais prejuízos em virtude da omissão na verificação de condições específicas de execução do serviço, por não realizar a visita técnica facultativa, é de única e exclusiva responsabilidade da licitante.  
Condições de Pagamento:  
As condições de pagamento são as descritas abaixo, constantes dos modelos de Minuta de Contrato disponível no edital, ressalvadas possíveis alterações descritas no Termo de Referência. Em caso de conflito entre as informações do Termo de Referência e as condições abaixo, prevalecerá o Termo de Referência.  
O pagamento será efetuado por cobrança bancária em carteira sem vencimento, por depósito bancário ou por outro meio que vier a ser definido pela CMBH, de ofício ou a pedido formal e justificado da CONTRATADA, após a execução do objeto e a sua aceitação definitiva pela CMBH, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar, ainda, da data da correspondente nota fiscal (corretamente preenchida e liquidada) à Divisão de Gestão Financeira da CMBH, observadas as demais disposições deste termo.  
A CMBH não efetuará pagamento por meio de documentos com data de vencimento pré-estabelecida.  
Penalidades:  
Pela inexecução total ou parcial da contratação poderá a CMBH aplicar à CONTRATADA, além das demais cominações legais pertinentes, as sanções previstas na Portaria nº 23.000 de 2025 e alterações constantes do Termo de Referência. Em caso de conflito entre as informações do Termo de Referência e as condições abaixo, prevalecerá o Termo de Referência.  
Inexistência de proibição de contratar com a Administração Pública:  
"Declaro, para os devidos fins, que esta empresa não se enquadra em qualquer caso de proibição previsto na legislação vigente para licitar ou contratar com a Administração Pública".

Preço de Referência:	R\$ 574,438.17
Desconto no Preço de Referência (%)*:	0.00%
Valor Final da Proposta com Desconto	R\$574,438.17
Desconto a ser informado no pregão (%):	0.00%

\* Se o valor do desconto for informado com mais de duas casas decimais, o valor considerado na proposta será arredondado para baixo para obter um valor com duas casas decimais. Por exemplo: se for informado o valor 12,379 no campo Desconto no Preço de Referência, o valor considerado do desconto para formação da proposta comercial será de 12,37%. O Valor Final da Proposta com Desconto é obtido pelo somatório dos preços unitários após aplicado o desconto arredondados para baixo.

GARANTIA	
Informe aqui a modalidade de garantia pretendida:	
Percentual da garantia solicitado pela CMBH:	5%
Valor total da garantia:	R\$ 28.721.90

DEMONSTRATIVO DO BDI	
Para o preenchimento da tabela abaixo, a empresa deverá indicar, nos campos específicos, os percentuais referentes aos componentes do BDI. Ressalta-se que os valores destinados aos impostos poderão ser alterados em relação ao modelo padrão, desde que reflitam a real carga tributária a que a empresa está legalmente sujeita. Tal ajuste deve observar os percentuais máximos definidos pelo Tribunal de Contas da União, conforme descrito no Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário.	

Itens componentes do BDI			Percentual aplicado	Percentual máximo aceitável
Administração central (AC)			3.00%	5.50%
Garantia + Seguro (G + S)			0.80%	1.00%
Despesas financeiras (DF)			0.59%	1.39%
Riscos (R)			0.97%	1.27%
Lucro (L)			7.40%	8.96%
Tributos (I)		PIS (Federal)	0.65%	10.75%
		COFINS (Federal)	3.00%	
		ISS (Municipal)	3.50%	
		CPRB (Federal)	3.60%	
BDI CALCULADO (%) =			26.82%	

BDI CALCULADO (%) =	$\frac{[(1 + (AC + G + S + R)) * (1 + DF) * (1 + L)] - 1}{[(1 - I)]}$
---------------------	---

DADOS DO OBJETO													
			Obra Calçada	Bancos SINAPI - 09/2025 - Minas Gerais	B.D.I. 26,82%	Encargos Sociais Não Desonerado: embutido nos preços							
Item		Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)	Valor Unit com Desconto	Valor Unit com BDI com Desconto	Total com Desconto
1				ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRAS		1			118,588.94	20.64 %			118,588.94
1.1	93565		SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	0.65	23,126.05	29,328.45	19,063.49	3.32 %	23,126.05	29,328.45	19,063.49
1.2	93572		SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6	12,237.22	15,519.24	93,115.44	16.21 %	12,237.22	15,519.24	93,115.44
1.3	100321		SINAPI	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	0.65	7,776.03	9,861.56	6,410.01	1.12 %	7,776.03	9,861.56	6,410.01
2				SERVIÇOS PRELIMINARES					51,774.50	9.01 %			51,774.50
2.1				INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS					42,091.47	7.33 %			42,091.47
2.1.1	01.03.02		SUDECAP	PLACA DE OBRA EM LONA IMPRESSÃO DIGITAL PADRÃO SUDECAP	m²	1	323.04	409.67	409.67	0.07 %	323.04	409.67	409.67
2.1.2	01.09.01		SUDECAP	MOBILIZAÇÃO DE CONTAINER	UN	2	1,400.00	1,775.48	3,550.96	0.62 %	1,400.00	1,775.48	3,550.96
2.1.3	01.09.02		SUDECAP	CONTAINER SIMPLES COM AR CONDICIONADO PARA ESCRITÓRIO	MES	6	1,250.00	1,585.25	9,511.50	1.66 %	1,250.00	1,585.25	9,511.50
2.1.4	01.09.17		SUDECAP	INSTALAÇÕES DE MOBILIÁRIOS PARA CONTAINER TIPO ESCRITÓRIO SEM SANITÁRIO	UN	1	665.47	843.94	843.94	0.15 %	665.47	843.94	843.94
2.1.5	01.09.21		SUDECAP	CONTAINER SIMPLES	MES	6	1,000.00	1,268.20	7,609.20	1.32 %	1,000.00	1,268.20	7,609.20
2.1.6	01.09.15		SUDECAP	INSTALAÇÕES DE MOBILIÁRIOS PARA CONTAINER TIPO DEPÓSITO E FERRAMENTARIA COM LAVATÓRIO	UN	1	1,058.49	1,342.37	1,342.37	0.23 %	1,058.49	1,342.37	1,342.37
2.1.7	01.09.11		SUDECAP	DESMOBILIZAÇÃO DE CONTAINER	UN	2	1,400.00	1,775.48	3,550.96	0.62 %	1,400.00	1,775.48	3,550.96
2.1.8	98458		SINAPI	TAPUME COM COMPENSADO DE MADEIRA. AF_03/2024	m²	122.32	98.46	124.86	15,272.87	2.66 %	98.46	124.86	15,272.87

2.2			SINALIZAÇÃO DE OBRA					9,683.03	1.69 %			9,683.03
2.2.1	103700	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE ALUMÍNIO EM SUPORTE DE MADEIRA.	m²	1.06	195.97	248.52	263.43	0.05 %	195.97	248.52	263.43
2.2.2	01.11.06	SUDECAP	SINALIZAÇÃO COM CONE MASTER 75CM BASE DE BORRACHA CORPO POLIETILENO	UN	10	76.91	97.53	975.30	0.17 %	76.91	97.53	975.30
2.2.3	01.04.09	SUDECAP	TELA - TAPUME DE POLIPROPILENO H=1,20 M, INCLUSIVE BASE	M	100	12.44	15.77	1,577.00	0.27 %	12.44	15.77	1,577.00
2.2.4	98458	SINAPI	TAPUME COM COMPENSADO DE MADEIRA. AF_03/2024	m²	55	98.46	124.86	6,867.30	1.20 %	98.46	124.86	6,867.30
3			RUA EXPEDICIONÁRIO NILO SEABRA					146,481.73	25.50 %			146,481.73
3.1			SERVIÇOS PRELIMINARES					27,097.63	4.72 %			27,097.63
3.1.1	02.11.04	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO COM EQUIPAMENTO ELÉTRICO	m²	434.29	11.61	14.72	6,392.74	1.11 %	11.61	14.72	6,392.74
3.1.2	104796	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE GUIAS, SARJETAS OU SARJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	182.88	15.09	19.13	3,498.49	0.61 %	15.09	19.13	3,498.49
3.1.3	03.25.01	SUDECAP	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAÇAMBA DE 5M3	VG	26	380.00	481.91	12,529.66	2.18 %	380.00	481.91	12,529.66
3.1.4	02.26.01	SUDECAP	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CARRINHO DE MÃO, DMT <= 50,0M	m³	127.78	28.86	36.60	4,676.74	0.81 %	28.86	36.60	4,676.74
3.2			CALÇADA					117,705.27	20.49 %			117,705.27
3.2.1	40.32.23	SUDECAP	REGULARIZAÇÃO E COMPACT.TERRENO C/PLACA VIBRATORIA	m²	434.29	5.42	6.87	2,983.57	0.52 %	5.42	6.87	2,983.57
3.2.2	00006081	SINAPI	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATE 10 KM)	M³	13.03	54.26	68.81	896.59	0.16 %	54.26	68.81	896.59
3.2.3	02.15.01	SUDECAP	REMOÇÃO DE MEIO-FIO PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO	M	92.12	9.62	12.20	1,123.86	0.20 %	9.62	12.20	1,123.86
3.2.4	02.15.02	SUDECAP	REMOÇÃO DE MEIO-FIO DE PEDRA (GNAISSE, BASALTO, ETC)	M	90.76	28.86	36.60	3,321.81	0.58 %	28.86	36.60	3,321.81
3.2.5	18.71.01	SUDECAP	MEIO FIO EM CONCRETO PRE-MOLDADO FCK>=20MPA, PADRÃO SUDECAP TIPO A, 30 X 14,2/12 (H X L1/L2).	M	182.88	53.01	67.22	12,293.19	2.14 %	53.01	67.22	12,293.19
3.2.6	19.30.04	SUDECAP	SARJETA TIPO A - (50X10)CM - DES-R01 - PADRÃO SUDECAP	M	182.88	35.63	45.18	8,262.51	1.44 %	35.63	45.18	8,262.51
3.2.7	15.35.04	SUDECAP	PASSEIO / PISO DE CONCRETO USINADO ARMADO, 20MPA, H=8CM, JUNTA SERRADA A CADA 3M	m²	434.29	107.19	135.93	59,033.03	10.28 %	107.19	135.93	59,033.03
3.2.8	15.08.01	SUDECAP	PISO CIMENTADO ACABAMENTO LISO, ARGAMASSA 1:3, JUNTA SECA, E= 2,0CM	m²	434.29	48.85	61.95	26,904.26	4.68 %	48.85	61.95	26,904.26
3.2.9	15.22.11	SUDECAP	PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO 20 X 20CM, TATIL EM COR AMARELA/VERMELHA	m²	17.28	131.72	167.04	2,886.45	0.50 %	131.72	167.04	2,886.45

3.3			SINALIZAÇÃO VIÁRIA					1,678.83	0.29 %			1,678.83
3.3.1	104799	SINAPI	REMOÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	2.23	11.53	14.62	32.60	0.01 %	11.53	14.62	32.60
3.3.2	103699	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO EM SUPORTE METÁLICO.	m²	0.75	191.99	243.48	182.61	0.03 %	191.99	243.48	182.61
3.3.3	102500	SINAPI	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE VAGA COM TINTA ACRÍLICA, E = 10 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	73.36	5.05	6.40	469.50	0.08 %	5.05	6.40	469.50
3.3.4	102501	SINAPI	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA COM TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	m²	18.93	27.60	35.00	662.55	0.12 %	27.60	35.00	662.55
3.3.5	102514	SINAPI	PINTURA DE SÍMBOLO "DEFICIENTE FÍSICO" COM TINTA ACRÍLICA.	UN	3	26.29	33.34	100.02	0.02 %	26.29	33.34	100.02
3.3.6	102515	SINAPI	UTILIZAÇÃO DE MOLDE PLÁSTICO E PINTURA DE SÍMBOLO "IDOSO" COM TINTA ACRÍLICA, UTILIZAÇÃO DE MOLDE PLÁSTICO E APLICAÇÃO MECÂNICA.	UN	2	26.11	33.11	66.22	0.01 %	26.11	33.11	66.22
3.3.7	5213830	SICRO3	Remoção de sinalização horizontal por fresagem	m²	26.84	4.86	6.16	165.33	0.03 %	4.86	6.16	165.33
4			MARGINAL DA AVENIDA DOS ANDRADAS					60,362.46	10.51 %			60,362.46
4.1			SERVIÇOS PRELIMINARES					12,196.59	2.12 %			12,196.59
4.1.1	02.11.04	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO COM EQUIPAMENTO ELÉTRICO	m²	131.66	11.61	14.72	1,938.03	0.34 %	11.61	14.72	1,938.03
4.1.2	104796	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE GUIAS, SARIJETAS OU SARIJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	95.76	15.09	19.13	1,831.88	0.32 %	15.09	19.13	1,831.88
4.1.3	02.11.07	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO	m²	33.73	13.34	16.91	570.37	0.10 %	13.34	16.91	570.37
4.1.4	03.25.01	SUDECAP	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAÇAMBA DE 5M3	VG	12	380.00	481.91	5,782.92	1.01 %	380.00	481.91	5,782.92
4.1.5	02.26.01	SUDECAP	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CARRINHO DE MÃO, DMT <= 50,0M	m³	56.65	28.86	36.60	2,073.39	0.36 %	28.86	36.60	2,073.39
4.2			CALÇADA					46,916.52	8.17 %			46,916.52
4.2.1	40.32.23	SUDECAP	REGULARIZAÇÃO E COMPACT. TERRENO C/PLACA VIBRATORIA	m²	131.66	5.42	6.87	904.50	0.16 %	5.42	6.87	904.50
4.2.2	00006081	SINAPI	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATÉ 10 KM)	M³	3.95	54.26	68.81	271.79	0.05 %	54.26	68.81	271.79
4.2.3	02.15.01	SUDECAP	REMOÇÃO DE MEIO-FIO PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO	M	95.76	9.62	12.20	1,168.27	0.20 %	9.62	12.20	1,168.27
4.2.4	18.71.01	SUDECAP	MEIO FIO EM CONCRETO PRE-MOLDADO FCK<=20MPa, PADRÃO SUDECAP TIPO A, 30 X 14,2/12 (H X L1/L2).	M	94.56	53.01	67.22	6,356.32	1.11 %	53.01	67.22	6,356.32
4.2.5	19.30.04	SUDECAP	SARIJETA TIPO A - (50X10)CM - DES-R01 - PADRÃO SUDECAP	M	94.56	35.63	45.18	4,272.22	0.74 %	35.63	45.18	4,272.22
4.2.6	15.35.04	SUDECAP	PASSEIO / PISO DE CONCRETO USINADO ARMADO, 20MPa, H=8CM, JUNTA SERRADA A CADA 3M	m²	165.39	107.19	135.93	22,481.46	3.91 %	107.19	135.93	22,481.46
4.2.7	15.08.01	SUDECAP	PISO CIMENTADO ACABAMENTO LISO, ARGAMASSA 1:3, JUNTA SECA, E= 2,0CM	m²	165.39	48.85	61.95	10,245.91	1.78 %	48.85	61.95	10,245.91
4.2.8	15.22.11	SUDECAP	PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO 20 X 20CM, TATIL EM COR AMARELA/VERMELHA	m²	7.28	131.72	167.04	1,216.05	0.21 %	131.72	167.04	1,216.05

4.3			SINALIZAÇÃO VIÁRIA					1,249.35	0.22 %			1,249.35
4.3.1	102501	SINAPI	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA COM TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	m²	34.33	27.60	35.00	1,201.55	0.21 %	27.60	35.00	1,201.55
4.3.2	5213830	SICRO3	Remoção de sinalização horizontal por fresagem	m²	7.76	4.86	6.16	47.80	0.01 %	4.86	6.16	47.80
5			RUA TENENTE ANSTÁCIO DE MOURA					55,175.97	9.61 %			55,175.97
5.1			SERVIÇOS PRELIMINARES					8,947.42	1.56 %			8,947.42
5.1.1	02.11.04	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO COM EQUIPAMENTO ELÉTRICO	m²	102.82	11.61	14.72	1,513.51	0.26 %	11.61	14.72	1,513.51
5.1.2	104796	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE GUIAS, SARJETAS OU SARJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	78.06	15.09	19.13	1,493.28	0.26 %	15.09	19.13	1,493.28
5.1.3	03.25.01	SUDECAP	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAÇAMBA DE 5M3	VG	9	380.00	481.91	4,337.19	0.76 %	380.00	481.91	4,337.19
5.1.4	02.26.01	SUDECAP	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CARRINHO DE MÃO, DMT <= 50,0M	m³	43.81	28.86	36.60	1,603.44	0.28 %	28.86	36.60	1,603.44
5.2			CALÇADA					45,796.65	7.97 %			45,796.65
5.2.1	40.32.23	SUDECAP	REGULARIZAÇÃO E COMPACT.TERRENO C/PLACA VIBRATORIA	m²	153.72	5.42	6.87	1,056.05	0.18 %	5.42	6.87	1,056.05
5.2.2	00006081	SINAPI	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATE 10 KM)	M³	13.26	54.26	68.81	912.42	0.16 %	54.26	68.81	912.42
5.2.3	02.15.01	SUDECAP	REMOÇÃO DE MEIO-FIO PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO	M	78.06	9.62	12.20	952.33	0.17 %	9.62	12.20	952.33
5.2.4	18.71.01	SUDECAP	MEIO FIO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO FCK>=20MPA, PADRÃO SUDECAP TIPO A, 30 X 14,2/12 (H X L1/L2).	M	78.06	53.01	67.22	5,247.19	0.91 %	53.01	67.22	5,247.19
5.2.5	19.30.04	SUDECAP	SARJETA TIPO A - (50X10)CM - DES-R01 - PADRÃO SUDECAP	M	78.06	35.63	45.18	3,526.75	0.61 %	35.63	45.18	3,526.75
5.2.6	15.35.04	SUDECAP	PASSEIO / PISO DE CONCRETO USINADO ARMADO, 20MPA, H=8CM, JUNTA SERRADA A CADA 3M	m²	153.72	107.19	135.93	20,895.15	3.64 %	107.19	135.93	20,895.15
5.2.7	15.08.01	SUDECAP	PISO CIMENTADO ACABAMENTO LISO, ARGAMASSA 1:3, JUNTA SECA, E= 2,0CM	m²	153.72	48.85	61.95	9,522.95	1.66 %	48.85	61.95	9,522.95
5.2.8	15.22.11	SUDECAP	PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO 20 X 20CM, TATIL EM COR AMARELA/VERMELHA	m²	6.65	131.72	167.04	1,110.81	0.19 %	131.72	167.04	1,110.81
5.2.9	18.76.04	SUDECAP	CESTO COLETOR RESÍDUO (LIXEIRA) METÁLICO DUPLO QUADRADO PADRÃO SLU MOD	UN	2	1,014.43	1,286.50	2,573.00	0.45 %	1,014.43	1,286.50	2,573.00
5.3			SINALIZAÇÃO VIÁRIA					431.90	0.08 %			431.90
5.3.1	102501	SINAPI	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA COM TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	m²	12.34	27.60	35.00	431.90	0.08 %	27.60	35.00	431.90

6			AVENIDA CHURCHILL					116,183.19	20.23 %			116,183.19
6.1			SERVIÇOS PRELIMINARES					20,023.19	3.49 %			20,023.19
6.1.1	02.11.04	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO COM EQUIPAMENTO ELÉTRICO	m²	292.07	11.61	14.72	4,299.27	0.75 %	11.61	14.72	4,299.27
6.1.2	104796	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE GUIAS, SARJETAS OU SARJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF. 09/2023	M	141.55	15.09	19.13	2,707.85	0.47 %	15.09	19.13	2,707.85
6.1.3	02.11.07	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO	m²	24.52	13.34	16.91	414.63	0.07 %	13.34	16.91	414.63
6.1.4	03.25.01	SUDECAP	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAÇAMBA DE SMS	VG	19	380.00	481.91	9,156.29	1.59 %	380.00	481.91	9,156.29
6.1.5	02.26.01	SUDECAP	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CARRINHO DE MÃO, DMT <= 50,0M	m³	94.13	28.86	36.60	3,445.15	0.60 %	28.86	36.60	3,445.15
6.2			DRENAGEM					594.75	0.10 %			594.75
6.2.1	054307	SBC	TAMPA PLACA CONCRETO MOLDADA NA OBRA ESPESSURA 5cm	m²	2.03	65.70	83.32	169.13	0.03 %	65.70	83.32	169.13
6.2.2	19.22.04	SUDECAP	ALTEAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA EM ATÉ 20CM	LIN	1	335.61	425.62	425.62	0.07 %	335.61	425.62	425.62
6.3			CALÇADA					95,236.02	16.58 %			95,236.02
6.3.1	40.32.23	SUDECAP	REGULARIZAÇÃO E COMPACT.TERRENO C/PLACA VIBRATORIA	m²	415.04	5.42	6.87	2,851.32	0.50 %	5.42	6.87	2,851.32
6.3.2	00006081	SINAPI	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATÉ 10 KM)	M³	20.75	54.26	68.81	1,427.80	0.25 %	54.26	68.81	1,427.80
6.3.3	02.15.01	SUDECAP	REMOÇÃO DE MEIO-FIO PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO	M	162.18	9.62	12.20	1,978.59	0.34 %	9.62	12.20	1,978.59
6.3.4	18.71.01	SUDECAP	MEIO FIO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO FCK>=20MPA, PADRÃO SUDECAP TIPO A, 30 X 14,2/12 (H X L1/L2).	M	141.55	53.01	67.22	9,514.99	1.66 %	53.01	67.22	9,514.99
6.3.5	19.30.04	SUDECAP	SARJETA TIPO A - (50X10)CM - DES-R01 - PADRÃO SUDECAP	M	141.55	35.63	45.18	6,395.22	1.11 %	35.63	45.18	6,395.22
6.3.6	15.35.04	SUDECAP	PASSEIO / PISO DE CONCRETO USINADO ARMADO, 20MPA, H=8CM, JUNTA SERRADA A CADA 3M	m²	262.23	107.19	135.93	35,644.92	6.21 %	107.19	135.93	35,644.92
6.3.7	15.08.01	SUDECAP	PISO CIMENTADO ACABAMENTO LISO, ARGAMASSA 1:3, JUNTA SECA, E= 2,0CM	m²	262.23	48.85	61.95	16,245.14	2.83 %	48.85	61.95	16,245.14
6.3.8	15.22.11	SUDECAP	PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO 20 X 20CM, TATIL EM COR AMARELA/VERMELHA	m²	42.64	131.72	167.04	7,122.58	1.24 %	131.72	167.04	7,122.58
6.3.9	21.30.08	SUDECAP	PLANTIO DE GRAMA AMENDOIM EM MUDAS, INCLUSIVE FORNECIMENTO GRAMA, EXCLUSIVE PREPARO DO SOLO	m²	152.81	72.53	91.98	14,055.46	2.45 %	72.53	91.98	14,055.46
6.4			SINALIZAÇÃO VIÁRIA					329.23	0.06 %			329.23
6.4.1	102501	SINAPI	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA COM TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF. 05/2021	m²	7.99	27.60	35.00	279.65	0.05 %	27.60	35.00	279.65
6.4.2	5213830	SICRO3	Remoção de sinalização horizontal por fresagem	m²	8.05	4.86	6.16	49.58	0.01 %	4.86	6.16	49.58

7			ENTREGA FINAL						25,871.38	4.50 %			25,871.38
7.1	000089	SBC	PROJETO "AS BUILT" ARQUITETURA	m²	1134.71	9.66	12.25	13,900.19	2.42 %	9.66	12.25	13,900.19	
7.2	ED-50266	SETOP	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	m²	1134.71	8.32	10.55	11,971.19	2.08 %	8.32	10.55	11,971.19	
						Total sem BDI		R\$ 452,955.50		Total sem BDI (Com Desconto)		R\$ 452,955.50	
						Total do BDI		R\$ 121,482.67		Total do BDI		R\$ 121,482.67	
						Total Geral		R\$ 574,438.17		Total Geral		R\$ 574,438.17	
Local e data													
Assinatura do Representante legal da empresa / Responsável pela cotação													
Carimbo da empresa													
OBS.: Rubricar todas as páginas, assinar e carimbar esta última.													



# CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ PREÂMBULO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS/FORNECIMENTO DE

\_\_\_\_\_.

## ÓRGÃO CONTRATANTE

**Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH.**

CNPJ: 17.316.563/0001-96.

Avenida dos Andradas, nº 3.100, bairro Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG.

Representante: Vereador(a) \_\_\_\_\_.

Gestor do contrato: \_\_\_\_\_.

## DADOS DA LICITAÇÃO QUE DEU ORIGEM AO CONTRATO

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Normas de regência: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.078/1990,  
Portaria nº 23.000/2025, cláusulas e condições deste contrato.

## CONTRATADA

**Empresa:** \_\_\_\_\_.

CNPJ: \_\_\_\_\_.

Endereço: Rua/Av. \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_,  
bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_.

Representante: \_\_\_\_\_.

Cargo/Função: \_\_\_\_\_.

## 1 OBJETO

---

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços/fornecimento de \_\_\_\_\_, conforme especificações constantes no Edital, no Termo de Referência (ANEXO I) e demais anexos.

1.2 - O instrumento do contrato epigrafado é composto por este preâmbulo, pelo corpo do contrato e pelos seguintes anexos, que vinculam esta contratação independentemente de transcrição:

- **ANEXO I** - Termo de Referência;
- **ANEXO II** - Proposta comercial da CONTRATADA;
- **ANEXO III** - Garantia Contratual;
- eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

---

00.00.00.000.000.0000.000000-00

## 3 PREÇO E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

---

3.1 - A presente contratação possui o valor total mensal estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondendo a um valor global anual estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme detalhamento constante na proposta comercial da CONTRATADA (ANEXO II) e no ANEXO I deste contrato.

3.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4 DATA-BASE E ÍNDICE PARA REAJUSTE DO CONTRATO

---

4.1 - Data-base para reajuste, na forma prevista no item 3 do corpo do contrato:\_\_\_\_\_.

4.2 - Índice para reajuste do contrato: \_\_\_\_\_.

## **5 VIGÊNCIA**

---

5.1 - O prazo de vigência da contratação é de \_\_\_\_\_ contados da \_\_\_\_\_, na forma do art. 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 - Quando indicado no campo específico do Termo de Referência, a vigência do presente contrato poderá ser prorrogada nos termos e limites legais, sujeita à avaliação de sua admissibilidade, disponibilidade orçamentário-financeira e conveniência administrativa quando da efetiva demanda pela prorrogação.

5.3 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

## **6 OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

---

6.1 - As condições exigíveis para a execução do contrato e as obrigações da CMBH e da CONTRATADA em relação à presente contratação são aquelas previstas no corpo padrão do contrato e em seus ANEXOS, bem como no edital do Pregão nº \_\_/\_\_\_\_.

## **7 MEIOS DE CONTATO**

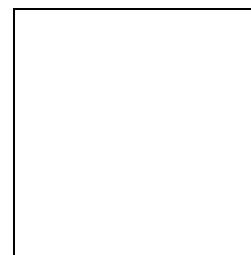
---

7.1 - A CONTRATADA receberá notificações, comunicações ou solicitações da CMBH por meio do correio eletrônico \_\_\_\_\_, o qual será considerado oficial para todos os fins contratuais, especialmente para notificação de descumprimento contratual, obrigando-se a atualizar essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.

7.2 - Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao correio eletrônico acima indicado, ainda que não recebidas pela CONTRATADA, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à CMBH.



**Acesse os documentos do  
Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/  
\_\_\_\_\_ através da leitura do QR  
CODE ao lado.**



## **CORPO DO CONTRATO**

### **1 PREÇOS E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO**

---

1.1 - O detalhamento dos **preços** deste contrato está no ANEXO II (Proposta Comercial).

1.2 - O pagamento será efetuado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do envio da liquidação pelo gestor ao setor competente, por meio de cobrança bancária em carteira sem vencimento, por depósito bancário ou por outro meio que vier a ser definido pela CMBH, de ofício ou a pedido formal e justificado da CONTRATADA, após a execução do objeto e a sua aceitação definitiva pela CMBH, observadas as demais disposições constantes do ANEXO I deste contrato e a ordem cronológica estabelecida conforme o art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.1 - A CMBH não efetuará pagamento por meio de documentos com data de vencimento pré-estabelecida.

1.2.2 - A CMBH não efetuará pagamento antecipado, excetuada prévia justificativa constante do processo administrativo, na forma do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.3 - Em caso de a CMBH autorizar o pagamento por boleto, esse deverá ser emitido com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para pagamento.

1.2.4 - A seção responsável pelo pagamento recusará o boleto emitido com prazo inferior a 30 (trinta) dias e/ou com previsão de pagamento exclusivo em banco específico.

1.2.5 - Para fins de apuração de pagamento pro rata, será considerado o mês comercial de 30 dias.

1.3 - A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal e documentos equivalentes em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente com as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias.

1.3.1 - As notas fiscais e documentos equivalentes deverão ser entregues à Seção de Controle Financeiro e Pagamentos (Seccof), preferencialmente por meio digital, para realização do procedimento pertinente e posterior envio dos autos ao gestor para liquidação.

1.3.2 - O recebimento formal do objeto do contrato e a liquidação da despesa serão realizados pelo gestor apenas após reconhecimento formal de que a execução do objeto se deu de forma efetiva, satisfatória e atendeu a todas as condições contratuais.

1.3.3 - O pagamento somente será realizado após a autorização formal do ordenador de despesa.

1.3.4 - A CMBH se reserva o direito de não receber objeto em desacordo com as especificações e condições constantes do Termo de Referência, podendo rescindir a contratação e aplicar as penalidades previstas neste contrato e na legislação pertinente.

1.4 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não acarretando qualquer ônus para a CMBH.

1.5 - Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF/SUCAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

1.6 - Constatando-se, junto ao SICAF/SUCAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, a Seccof informará o gestor para providências.

1.7 - O pagamento realizado pela CMBH não implicará prejuízo de a CONTRATADA reparar toda e qualquer falha que se apurar na execução do objeto, nem excluirá as responsabilidades de que tratam a Lei Federal nº 14.133/2021, o Código de Defesa do Consumidor e/ou demais normas aplicáveis ao caso, observados os prazos legais pertinentes.

1.8 - O pagamento efetuado não implicará, ainda, reconhecimento pela CMBH de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações (previdenciárias, sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais ou quaisquer outras) que lhe são devidas em decorrência da execução do objeto, nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações desta contratação.

1.9 - Os critérios e a periodicidade da medição, quando cabíveis, estarão previstos no ANEXO I.

## **2 RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE DO OBJETO**

---

2.1 - Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo serão feitos, quando for o caso, na forma, nas condições e nos prazos definidos no ANEXO I deste contrato.

## **3 REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS**

---

3.1 - O contrato será reajustado, na forma da lei, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano da data do orçamento estimado.

3.1.1 - O índice de reajustamento de preço terá a data-base mencionada no item 3.1, e corresponderá à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, salvo disposição em sentido contrário no Termo de Referência, o qual poderá estipular índice(s) específico(s) ou setorial(ais), em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

3.1.2 - Para fins de apuração do índice de reajuste, o mês da data-base será o marco inicial e entrará integralmente no cálculo, não se admitindo a utilização de *pro rata*.

3.1.3 - A análise e instrução processual para concessão de reajuste somente serão iniciadas após a divulgação da variação do índice previsto no contrato.

3.2 - Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

3.3 - Caso julgue necessário o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor pedido fundamentado com documentação que comprove os fatos alegados.

3.3.1 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação de vigência.

3.3.2 - O prazo para que o gestor decida sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro é de 30 (trinta) dias corridos a contar da finalização da instrução do processo, admitida a prorrogação motivada por igual período.

3.3.3 - Em caso de deferimento total ou parcial do pedido de reequilíbrio, o gestor deverá indicar a data a partir da qual correrão seus efeitos financeiros.

3.3.4 - Da decisão do gestor caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## **4 REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO**

4.1 - O regime de execução ou a forma de fornecimento será aquela prevista no ANEXO I.

## **5 GARANTIA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

5.1 - O prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas normas técnicas aplicáveis, bem como as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, são aqueles previstos no ANEXO I.

## **6 FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 - A gestão do contrato será realizada por pelo menos 1 (um) servidor indicado no Termo de Referência ou no Projeto Básico.

6.2 - O fiscal do contrato será designado pela chefia do setor responsável pela gestão contratual.

6.2.1 - O representante da CMBH anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das



falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.2.2 - A forma de fiscalização do contrato encontra-se regulada no ANEXO I.

6.3 - A fiscalização será exercida no interesse da CMBH, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implicará corresponsabilidade da CMBH ou de seus agentes e prepostos.

6.4 - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CMBH.

6.5 - O modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento, será aquele estabelecido no ANEXO I.

## **7 OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

---

7.1 - São obrigações da CMBH:

7.1.1 - autorizar formalmente à CONTRATADA o início da execução do contrato;

7.1.2 - receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3 - comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5 - efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

7.1.6 - a CMBH não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a

terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7.2 - São obrigações da CONTRATADA:

7.2.1 - assumir perante a CMBH a responsabilidade civil relativamente a qualquer dano que a execução do objeto por ela efetivada venha a causar ao patrimônio público, aos agentes públicos da CMBH ou a terceiros;

7.2.2 - responsabilizar-se por todos os encargos (trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, fiscais, securitários, ou quaisquer outros, se for o caso) devidos para a execução deste contrato, devendo remeter à CMBH os respectivos comprovantes, sempre que exigidos;

7.2.2.1 - em caso de a CMBH ser judicialmente condenada ao pagamento de quaisquer ônus referidos na cláusula 7.2.2, a CONTRATADA deverá ressarcir-la dos valores correspondentes, acrescidos de 20% (vinte por cento) a título de honorários;

7.2.3 - não ceder o objeto do presente contrato;

7.2.4 - cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

7.2.5 - manter, ao longo da execução deste contrato, a qualidade do objeto, conforme previsto no Termo de Referência, obrigando-se a refazer o que for prestado em desacordo;

7.2.6 - cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2.6.1 - executar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

7.2.6.2 - o objeto, quando aplicável, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.2.7 - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.2.8 - substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, se for o caso;

7.2.9 - comunicar à CMBH, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega do objeto ou prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.2.10 - realizar cadastro do(s) seu(s) representante(s) legal(is) em sistema eletrônico utilizado para tramitação processual, caso seja solicitado pela CMBH, para fins de recebimento de comunicações pelo e-mail cadastrado, bem como para apresentação de manifestações e realização de outros atos em procedimentos de seu interesse.

### 7.3 - É vedado à CONTRATADA:

7.3.1 - caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

7.3.2 - interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CMBH, salvo nos casos previstos em lei.

## 8 ADITAMENTO

---

8.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.3 - As supressões resultantes de acordo entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

8.4.1 - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previstos no próprio contrato;

8.4.2 - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

8.4.3 - alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;

8.4.4 - empenho de dotações orçamentárias.

## **9 CAUSAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

---

9.1 - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

9.2 - O contrato também poderá ser extinto:

- a) pelo decurso de seu prazo de vigência;
- b) pelo integral cumprimento do seu objeto, atestado pelo gestor;
- c) por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a CMBH;
- d) por determinação judicial;
- e) por ato unilateral da CMBH.

9.3 - A rescisão unilateral do contrato poderá ocorrer cumulativamente com a aplicação de multa e de outras penalidades previstas em lei.

9.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

9.5 - A extinção determinada por ato unilateral da CMBH e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **10 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

10.1 - Pela inexecução total ou parcial deste contrato poderá a CMBH aplicar à CONTRATADA, além das demais cominações legais pertinentes, as seguintes sanções:

a) **advertência**;

b) **multa de 0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculada sobre o preço total do contrato, por ocorrências;

c) **multa de até 15%** (quinze por cento) calculada sobre o preço total do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal;

d) **multa de até 30%** (trinta por cento) calculada sobre o preço total do contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual;

e) **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública direta e indireta do Município de Belo Horizonte pelo prazo de até 3 (três) anos;

f) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2 - Mediante justificativa e fundamentação expressa no ato decisório, a multa poderá ter seu valor reduzido para adequar-se à proporcionalidade da infração.

10.3 - As sanções definidas na cláusula 10.1 poderão ser aplicadas pelos seguintes agentes públicos, autonomamente:

a) letra "**a**", "**b**", "**c**" e "**d**" —> pelo Presidente da CMBH, pelo Diretor ou autoridade equivalente da área gestora da contratação, bem como pelo gestor do contrato;

b) letra "**e**" —> pelo Presidente da CMBH, pelo Diretor ou autoridade equivalente da área gestora da contratação;

c) letra "**f**" —> pelo Presidente da CMBH.

10.4 - Os valores das multas aplicadas poderão ser deduzidos dos pagamentos devidos pela CMBH ou da garantia contratual, se houver.

10.4.1 - Se os valores das multas aplicadas forem superiores ao montante dos pagamentos devidos pela CMBH ou da garantia contratual, após confirmada a aplicação da penalidade, a CONTRATADA deverá recolher a diferença no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

10.4.2 - Transcorridos 5 (cinco) dias úteis sem o recolhimento e, não havendo faturamento pendente ou futuro, conforme manifestação do gestor, os valores apurados serão enviados, em até 60 (sessenta) dias, para inscrição na dívida ativa do Município.

10.5 - Em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas as penalidades definidas nas letras "a", "e" e "f" cumulativamente com a penalidade de multa prevista nas letras "b", "c" e "d".

10.6 - As penalidades somente serão aplicadas após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, na forma e nos prazos previstos em lei.

10.7 - Para os fins da cláusula 10.1, entende-se por "preço total do contrato" aquele assim indicado na proposta comercial da CONTRATADA, sem prejuízo de posteriores reajustes, repactuações e reequilíbrios em sentido estrito.

10.8 - A aplicação das sanções previstas nas letras "e" e "f" da cláusula 10.1, ainda que em conjunto com as sanções previstas nas letras "a", "b", "c" e "d", requererá a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por servidores estáveis.

10.9 - O prazo para apresentação de defesa da CONTRATADA e indicação das provas a serem produzidas será de 15 (quinze) dias úteis, contados do dia útil seguinte à sua notificação.

10.10 - É admitida a reabilitação da licitante ou CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.11 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CMBH caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de

proposta em favor da CMBH, salvo se se tratar de licitantes remanescentes convocadas na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.12 - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.13 - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CMBH.

10.14 - A aplicação de penalidades, conforme exposto nesta seção, não afasta a apuração de responsabilidade da CONTRATADA para fins de aplicação da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

## **11 PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

---

11.1 - A CONTRATADA obriga-se, sempre que aplicável, a executar o presente objeto em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, não colocando, por seus atos ou por omissão, a CMBH em situação de violação das leis de privacidade, em especial, a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

11.1.1 - Caso exista modificação dos textos legais à qual esteja sujeita a CMBH ou a CONTRATADA, de forma que sejam impostas mudanças na estrutura do escopo do objeto ou na execução das atividades ligadas a ele, a CONTRATADA deverá adequar-se às condições vigentes.

11.1.2 - Se houver alguma disposição que impeça a continuidade da execução do objeto conforme as disposições acordadas, a CMBH

poderá resolvê-lo sem ônus, apurando-se os serviços prestados até a data de encerramento do contrato.

11.2 - É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, salvo hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio termo.

## **12 CASOS OMISSOS**

---

12.1 - Os casos omissos serão decididos pela CMBH, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, nas demais normas federais de licitações e contratos administrativos, na Lei Federal nº 9.784/1999, na Portaria nº 23.000/2025 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **13 PUBLICAÇÃO**

---

13.1 - Incumbirá à CMBH providenciar a publicação deste instrumento, na forma e no prazo previstos no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **14 FORO**

---

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

## **15 ACEITAÇÃO**

---

15.1 - E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.



Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Vereador(a)**  
**Presidente**

---

**CONTRATADA**

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

## **ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL DA CONTRATADA**

## **ANEXO III – GARANTIA CONTRATUAL**

1.1 - Para assegurar a execução deste contrato, a CONTRATADA deverá prestar garantia no montante de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global anual do contrato, conforme disposto no item \_\_\_ do Termo de Referência do edital do **Pregão** \_\_\_\_\_, bem como nos subitens seguintes deste ajuste.

1.1.1 - Para fins do disposto no item 1.1 supra, entende-se por “valor global anual do contrato” aquele correspondente ao resultado do valor total mensal da proposta comercial multiplicado por 12 (doze) meses.

1.2 - Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro;

II - títulos da dívida pública, emitidos na forma do art. 96, §1º, I da Lei Federal nº 14.133/2021;

III - seguro-garantia;

IV - fiança bancária, emitida na forma do art. 96, § 1º, III da Lei Federal nº 14.133/2021;

V - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

1.3 - A prestação da garantia deverá ser comprovada pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis a critério da CMBH, contados da assinatura do contrato, exceto no caso da modalidade prevista no inciso III do subitem 1.2.

1.3.1 - Caso opte pelo seguro-garantia, a ADJUDICATÁRIA terá que prestar a garantia no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

1.4 - O documento comprobatório da garantia prestada deverá ser entregue pela ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA, nos prazos fixados no item 1.3 supra, à Seção de Controle de Contratos (Secont).

1.5 - O descumprimento injustificado do disposto no item 1.4 configurará inadimplemento da ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA e serão aplicadas as regras previstas no art. 90 e no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o caso, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades legais.

1.6 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1.6.1 - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

1.6.2 - multas moratórias e punitivas aplicadas pela CMBH à CONTRATADA; e

1.6.3 - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

1.7 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 1.6, observada a legislação que rege a matéria.

1.8 - O valor da garantia poderá ser utilizado pela CMBH para o pagamento de obrigações contratuais, caso a CONTRATADA não comprove a quitação dos mencionados encargos.

1.8.1 - A CMBH executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1.8.2 - O emitente da garantia deverá ser notificado pela CMBH quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

1.8.3 - Se o valor da garantia de execução for utilizado para o pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA se obriga a restabelecer o seu valor real no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação a ser feita pela CMBH.

1.9 - Na hipótese de majoração do valor deste contrato, inclusive decorrente da assinatura de termo aditivo de acréscimo ao objeto, fica a CONTRATADA obrigada a complementar ou substituir a garantia prestada, na forma do subitem 1.8.3.

1.10 - O descumprimento dos prazos estipulados nos subitens anteriores para restabelecimento, complementação ou substituição da garantia prestada autoriza a CMBH a reter os créditos da CONTRATADA relativos à prestação

do serviço, sem prejuízo de aplicação das penalidades legais e contratuais cabíveis, inclusive rescisão contratual.

1.11 - A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CMBH e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

1.11.1 - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, ressalvado prazo diverso fixado em Estudo Técnico Preliminar, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

1.12 - A garantia será liberada ou restituída no prazo previsto no item 1.11, desde que não haja, no plano administrativo ou judicial, pendência de qualquer reclamação contra a CONTRATADA e relativa ao objeto contratual, hipótese em que ficará retida até a solução final.

1.13 - A liberação/restituição da garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades administrativa, civil e penal oriundas da execução do objeto do presente contrato.